

CRISES CÍCLICAS E DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DO PADRÃO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco | Rogério Ossemane

INTRODUÇÃO

Os relatórios do Governo de Moçambique (GdM) e dos seus principais parceiros bilaterais e multilaterais apresentam a economia de Moçambique como um exemplo de sucesso na promoção de rápido crescimento económico e redução da pobreza. O grau de sucesso está associado à magnitude das taxas de variação (por quanto é que a economia cresce ou a pobreza reduz). A robustez do crescimento económico é assumida da aparente estabilidade dos indicadores macroeconómicos monetários e do seu aparente sucesso na redução da pobreza. Crescimento com estabilidade monetária é entendido como o resultado de políticas monetárias e fiscais prudentes e como incentivo ao sector privado. Crescimento com redução da pobreza é entendido como resultado da eficácia distributiva tanto da estrutura económica como das políticas económicas. Por consequência, é argumentado, estabilização monetarista é consistente com rápido crescimento económico e redução da pobreza se for acompanhado pelo esforço de liberalização, o que aparentemente demonstra a validade dos modelos de política avançados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM). Paradoxalmente, a economia nacional mantém elevadas taxas de dependência em relação a fluxos externos de capitais, tanto oficiais (ajuda externa) como privados (investimento directo estrangeiro e empréstimos no sistema bancário internacional). Enquanto a ajuda externa financia mais de metade da despesa pública e a construção de reservas externas, os fluxos externos de capitais privados representam aproximadamente 90% do investimento privado total em Moçambique. Como é que este nível de dependência pode ser consistente com a história de sucesso? Até que ponto é que a aparente estabilidade dos indicadores monetários e a aparente redução da pobreza não depende mais dos fluxos externos de capitais do que da composição do crescimento económico? Se o investimento é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes reflectem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores, que padrão de produção e comércio está sendo criado? Mais de duas décadas após o início da implementação das medidas de estabilização e ajustamento estrutural em Moçambique¹, a estabilidade e a solidez dos indicadores monetários (inflação, taxa de câmbio) e estruturais (défice fiscal, défice da balança de pagamentos, reservas

externas) continuam a depender da ajuda externa e da substituição do crédito doméstico para o investimento pelos fluxos externos de capital privado.² Não será a continuação desta dependência profunda um indicador da fragilidade estrutural da base produtiva, comercial e fiscal da economia? Quais serão os impactos no comportamento e opções dos investidores nacionais das tentativas de gerir a massa monetária para estabilizar os indicadores monetários e estruturais por via da compensação dos fluxos externos de capital com recurso à esterilização da ajuda externa, aumento das reservas externas e outras medidas monetárias para enxugar a liquidez? Até que ponto é que tais efeitos não constroem as opções, o comportamento e os interesses dos agentes económicos nacionais, encorajando-os a optarem por actividades de alto retorno a curto prazo, a engajarem-se na luta por rendas relacionadas com política pública e capital estrangeiro? Estas e outras questões vêm sendo levantadas há mais de uma década³, mas tanto as autoridades nacionais como os seus parceiros externos têm prestado pouca atenção a estas inquietações. Recentemente, quatro pressões poderosas contribuíram para que estas questões começassem a ficar politicamente mais relevantes. Por um lado, depois de uma década de silêncio ou de ambiguidades e contradições, o BM e o FMI reconheceram oficialmente que os megaprojectos pouco ou nada contribuem para a redução da pobreza e para a sustentabilidade do crescimento económico, e que os incentivos fiscais que lhes são atribuídos os tornam irrelevantes mas com altos rácios de custo/benefício social. Por outro lado, a manutenção da profunda dependência fiscal começou a alarmar tanto o GdM (por causa de factores de soberania) como os seus parceiros externos (por causa das dificuldades de justificar os níveis correntes de ajuda externa por mais uma década, a terceira). A revolta popular de 5 de Fevereiro, suscitada pelo aumento dos preços de combustíveis, transportes colectivos e alimentos, um dia após o presidente do Banco Mundial ter declarado Moçambique como exemplo de sucesso em África, e a crise económica internacional, revelaram algumas das fraquezas e vulnerabilidades da economia e dos padrões de acumulação. Este capítulo revisita os dados oficiais da economia moçambicana explorando duas vertentes relacionadas: a composição do crescimento económico e o seu impacto na estabilidade estrutural da macroeconomia de Moçambique. A partir desta análise, o capítulo discute os desafios de transformação dos padrões de acumulação económica em Moçambique, nomeadamente a diversificação e articulação da base produtiva e comercial e o alargamento dos centros de acumulação e padrões de distribuição.

PADRÃO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E CRISES CÍCLICAS DE ACUMULAÇÃO

Esta secção discute o argumento de base deste artigo. A secção começa por resumir o debate em torno do padrão de produção, reprodução e distribuição (ou padrão de acumulação) na

economia, antes de passar à evidência e implicações. Ao demonstrar que o padrão de acumulação é mais importante para determinar o curso da economia e da sociedade do que a taxa de crescimento, e que o padrão de acumulação reflecte sobretudo dinâmicas de economia política (ou seja, de interacção dinâmica entre agentes e pressões e ligações económicas), este resumo do debate serve também para construir e justificar a base empírica que descreve o padrão extractivo de acumulação da economia nacional e as suas implicações.

O ARGUMENTO

Ao longo do último meio século, a economia de Moçambique foi caracterizada por períodos de aceleração interrompidos, ciclicamente, por períodos de estagnação ou declínio. Os ciclos de ajustamento ou crise têm sido relativamente curtos, 3-4 anos, o que indica a possibilidade de a estagnação e declínio estarem organicamente associados com a aceleração que os precede.⁴ Por outras palavras, a expansão e aceleração que precedem a crise não são sustentáveis. A explicação para esta relação entre expansão e crise económica reside na composição estrutural e social da expansão (isto é, o seu padrão) e na natureza estrutural da crise.

O padrão de crescimento económico em Moçambique é excessivamente concentrado, o que quer dizer que depende de um pequeno e limitado leque de produtos, serviços e firmas. Esta concentração é realizada primariamente em torno do complexo mineral-energético, o que reproduz uma economia que é extractiva nas suas dinâmicas fundamentais. Por “economia extractiva” deve entender-se uma dinâmica e estrutura produtiva e comercial com as seguintes características: é especializada em produtos primários com baixo nível de processamento; é desarticulada, no sentido em que as ligações entre actividades, firmas e subsectores (a montante e jusante) são fracas e o mercado doméstico é pouco desenvolvido; as actividades extractivas (minerais, florestais, pescas e outras de puro aproveitamento não processado de recursos naturais) formam o núcleo do processo de acumulação; as classes capitalistas domésticas acumulam sobretudo com base em rendas da economia extractiva; e é profundamente dependente de fluxos externos de capital com tendência a gerarem, ciclicamente, fluxos negativos de capital (em que o capital exportado é superior ao importado).⁵

De um modo geral, a economia de Moçambique exporta o que extrai ou produz sem o processar (ou apenas com o processamento mais básico necessário para rentabilizar a exportação) e importa, em forma processada, o que consome. Dado o seu carácter extractivo (portanto, também dependente de recursos naturais e infra-estruturas já existentes) e a dependência do investimento e da organização da produção e comércio em relação a capitais externos, este padrão de acumulação também gera um desenvolvimento desigual do capitalismo entre regiões de Moçambique. Ao longo do tempo, os produtos e as zonas mais e menos beneficiadas podem variar, mas a essência do padrão de acumulação mantém-se.

Será que estas características da estrutura de produção, comércio, acumulação e reprodução representam, de facto, um problema? Não serão, tais características, o resultado da especialização derivada das vantagens comparativas da economia?

Rodrik (2007) comenta que a evidência mostra que, à medida que as economias vão saindo da pobreza, a sua base produtiva e comercial fica mais diversificada e não mais especializada. Nesse artigo, Rodrik também mostra que as economias que transitam com sucesso para níveis desenvolvidos de capacidade, articulação e rendimento tendem a iniciar a sua especialização, em torno do progresso científico e tecnológico, quando atingem as fases mais avançadas de desenvolvimento. Isto é, a especialização emerge muito mais tarde como resultado do desenvolvimento, em vez de ser a causa e ponto de partida do desenvolvimento.

Estes factos entram em conflito com os modelos clássicos de vantagens comparativas assentes em especialização, pois se tais modelos fossem correctos, as economias que têm sucesso na transição para as etapas mais avançadas de desenvolvimento começariam por especializar em vez de diversificar. Portanto, este argumento relaciona pobreza e dependência com especialização em actividades primárias sem ligações a montante e a jusante, e relaciona o sucesso sobre a pobreza com a diversificação e, por consequência, o afastamento dos padrões produtivos desse tipo de especialização primária. Argumenta Rodrik que a chave para o crescimento com redução da pobreza é a aquisição de capacidades produtivas num leque mais amplo (e não mais especializado) de actividades e bens que se possam articular, em vez de vantagens comparativas extractivas que reforçam a concentração restritiva e a desarticulação.

No mesmo quadro geral de argumentação, Lucas (1990), Nelson e Pack (1999), Stewart (1976) e Hirschman (1958) mostram que crescimento económico sustentado e dinâmico ao longo do tempo está associado com a ampliação das capacidades científicas e tecnológicas e com o desenvolvimento das suas ligações com a diversificação da base produtiva e comercial. De acordo com Lucas, o acesso a capital depende da produtividade de factores e esta depende da diversidade e externalidades das capacidades científicas e tecnológicas, das qualificações dos trabalhadores e da organização laboral que permite criar e absorver produtivamente tais externalidades. Nelson e Pack enfatizam o papel da experiência na organização da produção e das articulações produtivas para o domínio da tecnologia e aceleração do crescimento económico (e esta experiência pressupõe um processo de diversificação e ligações). Para estes autores, o crescimento acelerado requer o domínio da tecnologia e a capacidade de a gerir e articular na esfera produtiva (incluindo a gestão e articulação das cadeias de logísticas de aprovisionamento e manutenção, assim como as cadeias de formação e inovação). Stewart enfatiza o papel da diversificação da produção de capacidade produtiva (engenharia metalomecânica, química, metalurgia e outras) como factor central no desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas endógenas, o que gera novas capacidades de inovação e desenvolvimento. Hirschman define desenvolvimento como o processo de formação generalizada de ligações entre activi-

dades económicas e capacidades produtivas que resultam de pressões económicas concretas e contínuas.

Hausmann e Rodrik (2005) argumentam que não é tanto o *quanto* se produz e exporta, mas o *que é que* se produz e exporta que de facto é importante. O seu argumento gira tanto em torno das características dos produtos e dos seus mercados específicos, como do potencial de ligações que certos tipos de actividades, produtos e especialização geram ou impedem de gerar. Uma base mais diversificada de produção e comércio permite criar mais oportunidades e adquirir vantagens para aproveitar as novas oportunidades que surjam.

Para Chang (1996), a questão central não é tanto o que se produz em si, mas se existe suficiente complementaridade, articulação e ligações, e se estas permitem a economia passar para fases qualitativamente novas e mais avançadas de produção, inovação e comércio.

Fine e Rustomjee (1996) argumentam que não basta descrever os padrões restritivos de produção e comércio, nem prescrever ou receitar a diversificação desses padrões como solução. O padrão de acumulação reflecte dinâmicas de economia política, isto é, de interacção dinâmica entre agentes (seus interesses e conflitos) e ligações ou pressões económicas (com os constrangimentos e opções que colocam perante os agentes). Os conflitos, tensões e pressões que são escolhidos e identificados como importantes ou prioritários, e a forma como são enfrentados, dependem dos interesses e relações de poder entre agentes. Por sua vez, estes interesses e relações de poder são continuamente estruturados dentro de um contexto de conflito, tensão e pressões económicas. Portanto, para mudar padrões de acumulação é preciso conseguir explicar as causas dos padrões existentes e as dinâmicas sociais, políticas e económicas que emergem com tais padrões e que agem para os reforçar ou para os transformar. Isto permite identificar os processos políticos e sociais reais através dos quais os padrões económicos podem ser mudados. Por outras palavras, a sociedade não está estática e passivamente à espera que alguém ordene a diversificação do que é concentrado, ou a articulação do que é desarticulado. Em torno e em associação com a concentração e desarticulação, ou diversificação e articulação, existem padrões de reprodução e distribuição do rendimento (e, portanto, dinâmicas e interesses de grupo), assim como capacidades, pressões e oportunidades.

Este debate pode ser resumido no seguinte. Há várias razões fundamentais que podem facilmente transformar as actuais características da economia de Moçambique num problema de desenvolvimento. Primeira, tornam a economia particularmente vulnerável a choques que afectem os seus sectores dominantes (variações nos preços, flutuações na disponibilidade de matérias-primas, mudanças dos ciclos de produto e sua substituição derivada de avanços tecnológicos, estratégias ofensivas de concorrentes, etc.).

Segunda, tornam a economia particularmente volátil pois não tem compensações para amortecer os efeitos de mudanças bruscas que afectem os seus sectores dominantes, e pequenas mudanças nas condições comerciais e produtivas de um desses sectores criam grandes variações na economia.

Terceira, criam choques e instabilidade macroeconómicos (de expressão monetária, como a volatilidade da moeda e dos preços, ou estrutural, como os défices fiscais e da conta-corrente) que provocam incerteza, interrupções contínuas dos processos de acumulação e vulnerabilidades macroeconómicas crónicas.

Quarta, a incerteza crónica pode encorajar a adopção de medidas monetaristas conservadoras (como, por exemplo, a formação de excessivas reservas internacionais, a esterilização de grandes fluxos de capital externo e a sucção sistemática de liquidez da economia) que, por sua vez, tendem a impedir a diversificação do investimento e da base produtiva e comercial e a incentivar a aplicação do excedente em operações puramente financeiras (em vez de produtivas).⁶

Quinta, limita o leque de opções tecnológicas, qualificações técnicas e científicas, capacidades institucionais, etc., o que força a economia a permanecer com o mesmo padrão de produção e comércio por não ter capacidade e/ou oportunidade e incentivo para mudar. Por consequência, estas limitações tornam-se num obstáculo à diversificação, ao aproveitamento de oportunidades de mercado, à criação de novas oportunidades, à inovação e ao aproveitamento dos ganhos de competitividade alcançados em diferentes subsectores e diferentes economias.⁷

Sexta, dependendo do nível e tipo de especialização (com mais ou menos processamento industrial e articulação doméstica), pode limitar as opções de crescimento a médio e longo prazo, mantendo a economia fixa num padrão histórico de reprodução de ciclos viciosos de baixa produtividade, fracas ligações, desorganização das redes de transporte, aprovisionamento e comercialização, pobreza e incapacidade de mudar. Dependendo do tipo e grau de concentração, a economia pode estagnar em torno de um padrão de dependência e vulnerabilidade e da incapacidade de ligar, a montante e a jusante, as actividades produtivas e de serviços. Nestas circunstâncias, o funcionamento paralelo das várias actividades económicas mantém-se: a economia exporta em bruto (sem processamento ou com processamento mínimo) o que produz para, com termos de troca desfavoráveis, importar processado o que consome. A concentração em actividades extractivas e de limitado processamento é um exemplo extremo deste tipo de problema. Além disso, sem ligações, os hipotéticos benefícios da concentração (cadeias de produto e valor, *clusters*, etc.) não se podem concretizar.⁸

Sétima, a concentração e desarticulação tende a aprofundar a diferenciação e desigualdade entre grupos sociais e regiões no acesso à riqueza produzida e, através da fragmentação dos mercados, tende a impedir que os ganhos produtivos, tecnológicos e monetários dos sectores mais avançados sejam transmitidos para os mais atrasados, para as firmas e para os cidadãos em geral. Oitava, estas características estruturais da economia nacional (fracas capacidades produtivas, tecnológicas, infra-estruturais) tornam-na pouco atractiva ao investimento em sectores não essencialmente extractivos e geradores de maiores dinâmicas positivas. Adicionalmente, estas fragilidades, associadas ao desconhecimento das dinâmicas e interesses estratégicos do capital estrangeiro e aos conflitos de interesse do capital nacional ligado ao investimento estran-

geiro, tendem a ser compensadas pela concessão de elevados benefícios fiscais que, além de em muitos casos serem redundantes e inapropriados como medidas de incentivo, reduzem a capacidade do Estado de promover a criação de capacidades produtivas nacionais. A perda de capacidade e espaço é parte da explicação e da racionalidade por trás da manutenção da dependência em relação à ajuda externa, que se tem aprofundado ao longo dos últimos 25 anos. Sem os actuais níveis de ajuda externa, a despesa pública teria de ser contraída drasticamente a não ser que a receita fiscal aumentasse. Portanto, a estrutura da receita e da despesa pública é, também, um reflexo dos padrões de acumulação prevalecentes e contribui para os consolidar.

Nona, os actuais padrões de acumulação não são sustentáveis do ponto de vista intergeracional. As dinâmicas predominantemente extractivas da economia, acompanhadas por limitada diversificação e articulação produtivas e comerciais, tendem a gerar dois efeitos combinados: (i) esgotam os recursos e actividades em que o padrão corrente de produção e reprodução se baseia (quer por via do esgotamento dos recursos não renováveis, quer por via de substituição tecnológica, ou encurtamento do ciclo de produto, para os produtos primários em que a economia se especializa); e (ii) tendem a dificultar a criação de novas oportunidades e capacidades para o futuro. Nestas circunstâncias, cada novo ciclo geracional tende a ter menos recursos naturais, mas não tende a ter menos dependência desses recursos naturais.

Décima, dado que estes padrões de produção, reprodução e distribuição têm base social, económica e política, em torno da qual se desenvolvem tensões, conflitos e pressões, são continuamente geradas tendências para reproduzir e manter os padrões ou para mudá-los. A relação de força entre as tendências de reprodução ou de mudança (por outras palavras, entre as tendências de concentração e diversificação) depende das pressões económicas e sociais e da organização política e económica. O problema pode não ser o mesmo para todos e consequentemente também não o será a receita.

Se uma ou outra posição dominam, isso não reflecte opções consensuais ou equilibradas de desenvolvimento para lidar com problemas consensualmente entendidos como tal; reflecte sim o equilíbrio em diversos momentos das pressões económicas reais e das condições de luta política prevalecentes.

Portanto, o debate sobre especialização ou concentração não é apenas sobre as fases em que tal especialização acontece (cedo ou tarde no processo de desenvolvimento), nem sobre a transição de uma economia intensiva em trabalho para outra intensiva em capital. De facto, é um debate sobre padrões sociais, políticos e económicos de crescimento e desenvolvimento. Este debate é tanto sobre a construção de capacidades e abertura de opções inovadoras numa base intergeracional, como é sobre dinâmicas de conflito e tensão entre interesses (e articulação política desses interesses) construídos em torno dos padrões de acumulação e distribuição. Portanto, é um debate travado num claro contexto de economia política.

EVIDÊNCIA DA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Concentração e desarticulação da base produtiva e comercial e do investimento

Os gráficos 1, 2 e 3 mostram que, enquanto a produção industrial cresceu significativamente, a sua composição concentrou-se em torno de um pequeno leque de produtos ao longo do tempo. Este processo de concentração foi acelerado com a entrada em funcionamento da Mozal (fundição de alumínio). O gráfico 1 mostra o peso da Mozal e do gás natural na produção industrial e como é que a sua inclusão distorce as tendências de desenvolvimento industrial. O gráfico 2 mostra as tendências dos principais subsectores industriais. Este gráfico exclui a produção de alumínio para que seja possível visualizar o que está acontecendo com os outros subsectores. Excluindo a metalurgia (fundição de alumínio), as indústrias com maior crescimento são a alimentar, de bebidas e tabaco (com três produtos dominantes: cerveja, açúcar e tabaco folha); a de minerais não-metálicos (cimento); e a química (gás natural). Nas restantes indústrias há uma tendência para a estagnação ou colapso. O gráfico 3 mostra a tendência para a concentração industrial a um nível mais desagregado. Cinco produtos apenas (alumínio, gás natural, cerveja, farinhas e açúcar) representam entre 25% (1959) e 85% (2007) do produto industrial. O alumínio contribui com mais de 70% da produção industrial total. A inclusão do gás natural e entrada em funcionamento das explorações de areias minerais (ou pesadas) e de carvão aumentarão ainda mais o grau de concentração da produção industrial em produtos primários com limitado processamento.

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL TOTAL INCLUINDO E EXCLUINDO ALUMÍNIO E GÁS NATURAL (MILHARES DE METICAIS A PREÇOS CONSTANTES DE 2003)

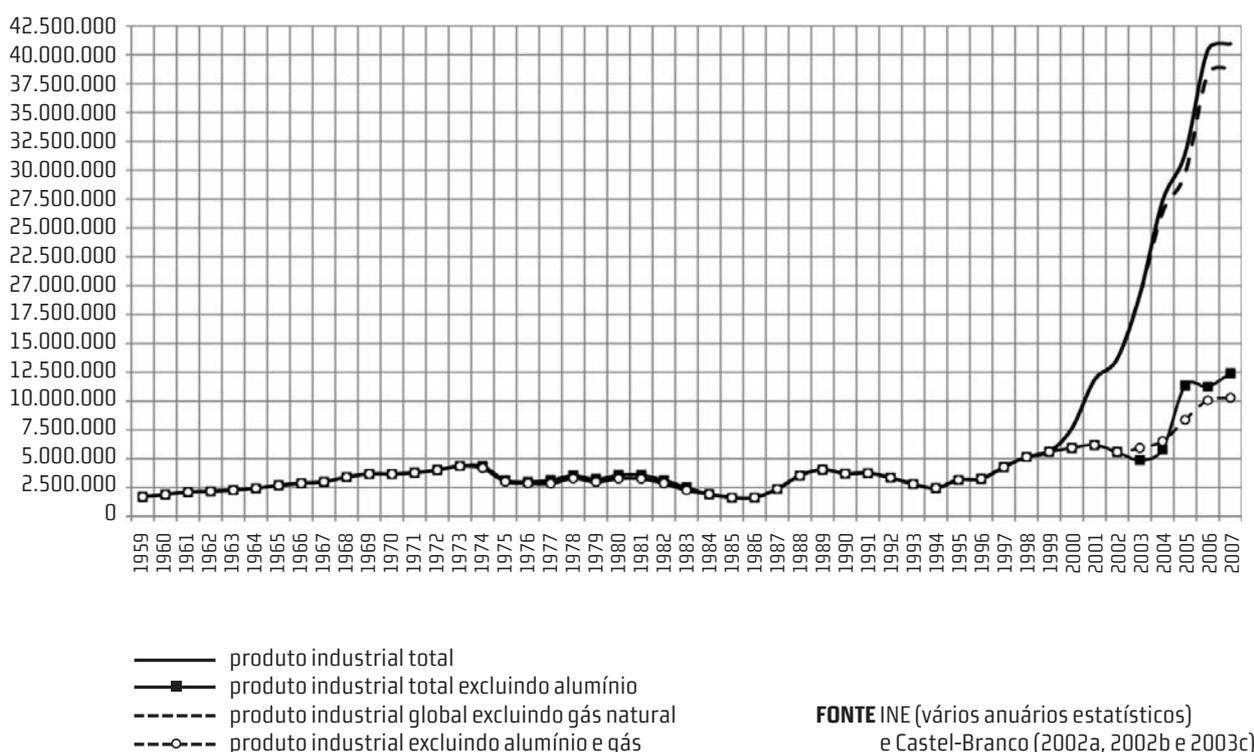
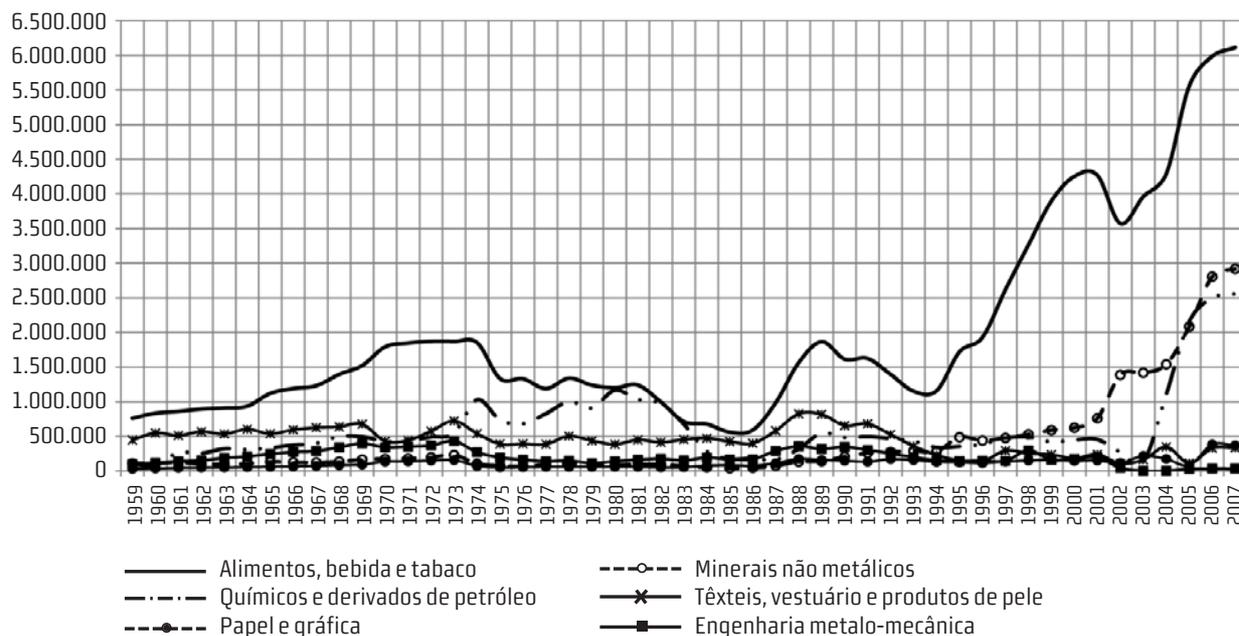
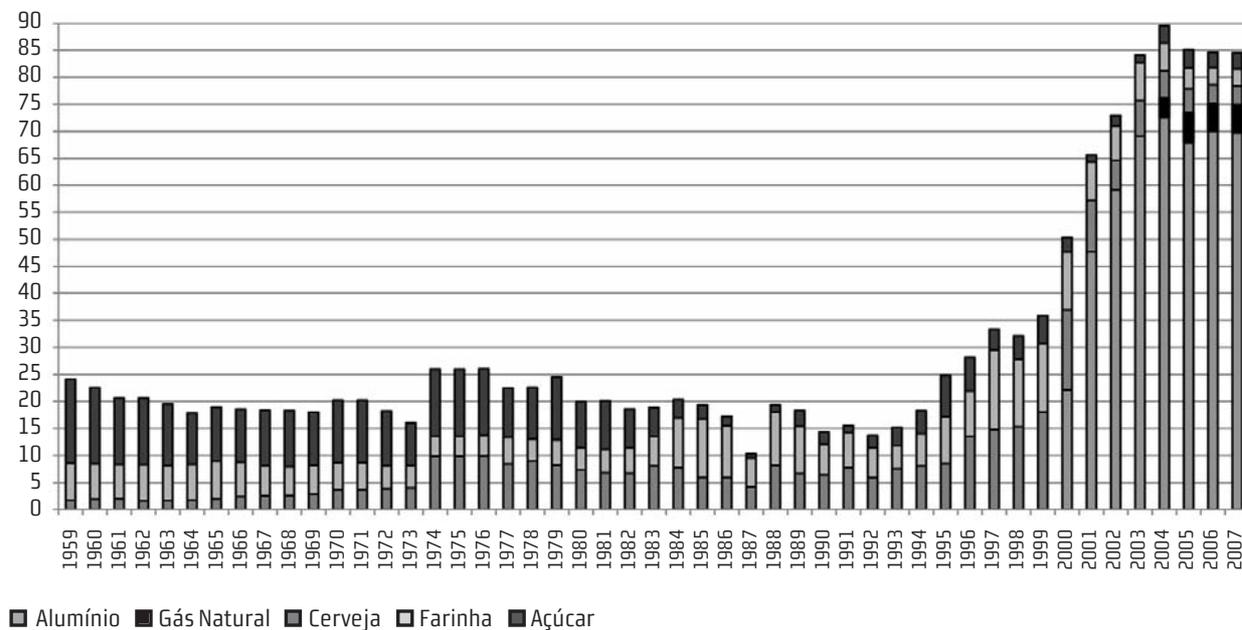


GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS SUBSECTORES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EXCLUINDO ALUMÍNIO (MILHARES DE METICAIS A PREÇOS CONSTANTES DE 2003)



Fonte: INE (vários anuários estatísticos) e Castel-Branco (2002a, 2002b e 2003c)

GRÁFICO 3 COMPOSIÇÃO SECTORIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM MOÇAMBIQUE — PRINCIPAIS PRODUTOS (EM % DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL)



Fonte: INE (Vários anuários estatísticos) e Castel-Branco (2002a, 2002b e 2003c)

A análise da composição produtiva de cada um dos subsectores da indústria transformadora mostra as mesmas tendências de concentração. A tabela 1 resume os níveis de concentração de cada um dos principais subsectores da indústria transformadora (não estão incluídos os sub-

sectores que contribuem com menos de 1% da produção industrial – por exemplo, madeiras e mobiliário de madeira, papel e gráfica e instrumentos científicos).

TABELA 1 CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS PRINCIPAIS SUBSECTORES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

SUBSECTOR	PRODUTOS NOVOS DESDE 1959	PRODUTOS “DESCONTINUADOS” ENTRE 1959 E 2007 (A)	COMPOSIÇÃO DO SECTOR EM 2004-2008			
			PRINCIPAIS PRODUTOS	VALOR DE PRODUÇÃO (MILHARES DE METICAIS) (B)	% DA PRODUÇÃO DO SUBSECTOR	% DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL
Alimentar, bebidas e tabaco	Nenhum	Chá (1993) e caju processado (1994)	Açúcar, farinha, cerveja, tabaco	4.462.759	70%	10,9%
Têxteis, vestuário e produtos de pele	Nenhum	Sisal (1992?) e copra (2000?)	Algodão, fios e sacaria	240.663	70%	0,6%
Minerais não metálicos	Cerâmicas (1966) e vidro (1966)	Cerâmicas (2002) e vidro (1997)	Cimento	2.105.078	70%	5,1%
Metalurgia	Alumínio (2000)	Ferro e aço (1999)	Alumínio	28.592.324	98%	69,8%
Metal-mecânica	Nenhum	Equipamento não-eléctrico (2001), equipamento eléctrico (2003)	Produtos metálicos variados para consumo directo final	26.986	80%	0,1%
Químicos e derivados de petróleo	Gás natural (2004), derivados de petróleo (1961), plásticos (1966)	Derivados de petróleo (1992)	Gás natural	2.120.386	80%	5,2%

FONTE INE (vários anuários estatísticos), Castel-Branco (2002a, 2002b e 2003c)

NOTAS

(A) Por produtos “descontinuados” entende-se aqueles que foram relevantes mas tornaram-se estatisticamente insignificantes, tanto em termos de valor produzido como em termos de peso na produção do sector, mesmo que continue a existir alguma produção desses produtos. A classificação acima está feita a quatro e a seis dígitos. Usando classificações ainda mais detalhadas é possível verificar variações na composição de cada “produto” (por exemplo, o tipo de produtos de vidro ou de cerâmicas), onde será possível identificar com maior precisão os novos produtos e os produtos desaparecidos. Infelizmente, as séries estatísticas oficiais a mais do que quatro ou seis dígitos são muito escassas e irregulares.

(B) Valores em milhares de meticaís a preços constantes de 2003, para o ano de 2008.

Como se pode observar na tabela 1, dos onze principais produtos da indústria transformadora, que representam cerca de 92% da produção industrial, seis (farinhas, cerveja, cimento, alumínio, sacaria e produtos metálicos variados para consumo directo final) são intensivos em importações e apenas um destes (alumínio) é de exportação em grande escala.

Cinco produtos são estratégicos para exportação: alumínio, gás natural, algodão, açúcar e tabaco, e destes apenas o açúcar não é um produto primário simples. O alumínio é exportado em forma de lingotes de têm que passar por uma fase de processamento antes de entrarem nas linhas de produção das indústrias a jusante que produzem produtos de alumínio. O algodão é exportado como fibra depois do descaroçamento; o gás natural é extraído e exportado por *pipeline*; e o tabaco é exportado em folha.

Dos seis principais produtos para o mercado interno (açúcar, farinha, cerveja, sacaria, cimento e produtos metálicos variados) apenas o açúcar (usado na indústria alimentar e metalurgia) e o cimento (construção) servem como insumos para outras indústrias, e apenas o açúcar tem um nível razoável de integração vertical (ligações intersectoriais a montante e a jusante) na economia nacional. Outra tendência ilustrada é a seguinte: no último meio século, apenas seis novos grupos de produtos com relevância estatística foram introduzidos na produção industrial (cerâmicas, vidro, derivados de petróleo, plásticos, alumínio e gás natural). Destes seis produtos novos, quatro foram introduzidos ainda nos anos 1960, três já perderam qualquer significância estatística (cerâmicas, vidro e derivados de petróleo) e dos restantes apenas alumínio e gás natural (ambos produtos primários em forma semiprocessada ou não processada) são altamente relevantes. Outros produtos outrora importantes e que perderam qualquer significância estatística são o chá, o caju processado, o sisal, a copra, o ferro e aço e o equipamento eléctrico e não-eléctrico – isto é, produtos-chave de uma agroindústria muito simples de semiprocessamento para exportação, e produtos para a indústria de construção civil e de construção de maquinaria simples.

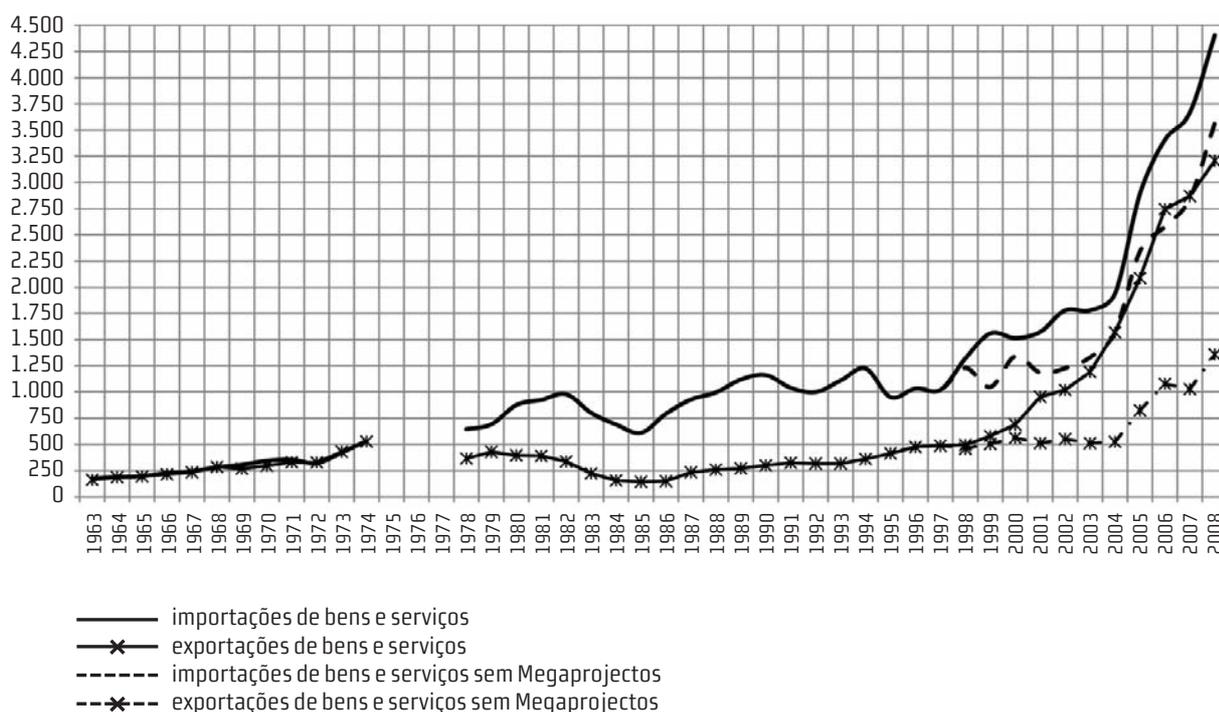
Fundamentalmente, nas últimas cinco décadas a essência da estrutura de produção e comércio não evoluiu significativamente, apesar de os mercados, tecnologias e desafios económicos e industriais terem mudado substancialmente. Portanto, a indústria nacional está a acumular desvantagens, está a tirar pouco proveito dos desenvolvimentos regionais e internacionais e tem pelo menos meio século de atraso (ou mais se considerarmos que há meio século atrás a indústria nacional já era atrasada).

Isto significa que a indústria nacional, com raras excepções, está a perder capacidades mesmo nas áreas mais tradicionais, já para não mencionar a criação de capacidades para mudar estruturalmente. Além disso, é pouco provável que ligações intra e inter-industriais se estejam a desenvolver, uma vez que as indústrias mais importantes são paralelas, em vez de relacionadas, e os produtos industriais ou não se baseiam em matérias-primas nacionais, ou só fazem o primeiro processamento das matérias-primas. Portanto, os dados mostram que a economia moçambicana essencialmente exporta produtos primários em forma não processada ou apenas semiprocessada, e consome produtos com alto teor de importações. Para além disso, tem vindo a perder a capacidade de produzir maquinaria e outros bens de ampliação de capacidade produtiva. Isto quer dizer que as ligações produtivas entre sectores e subsectores são mínimas, tal como mínima é a capacidade de gerar, endogenamente, dinâmicas tecnológicas e de inovação. Estas características e tendências da produção e comércio contribuem para formar um tecido económico demasiado poroso (isto é, que tem limitada capacidade de retenção e multiplicação, por via de ligações, da riqueza gerada). Com a crescente concentração da produção industrial em torno de produtos primários semiprocessados para exportação, esta tendência de desarticulação produtiva poderá aumentar.

Como seria de esperar, a composição e dinâmicas do comércio são semelhantes às da produção – as exportações cresceram mas estão concentradas num leque cada vez menor de produtos relacionados com o complexo mineral e energético, e as importações são muito sensíveis à

variação do investimento por causa do grau de dependência da produção nacional em relação a importações de equipamentos, combustíveis, matérias-primas e outros materiais intermediários. O gráfico 4 mostra a evolução das importações e das exportações de bens e serviços com e sem megaprojectos. As importações descolam das exportações a partir de inícios dos anos 1970 por causa de uma série de factores: a consequência da expansão da indústria ligeira de acabamento final para o mercado interno, a perda das receitas dos transportes ferro-portuários e do trabalho migratório por causa da agudização do conflito com o regime ilegal de Ian Smith na então Rodésia do Sul e o regime do apartheid na África do Sul, o aumento rápido das importações de equipamentos, combustíveis e matérias-primas como resultado do investimento no período de implementação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), o colapso da produção associado com os anos de guerra, a emergência da ajuda externa como principal fonte de financiamento da despesa pública e da balança de transacções correntes.

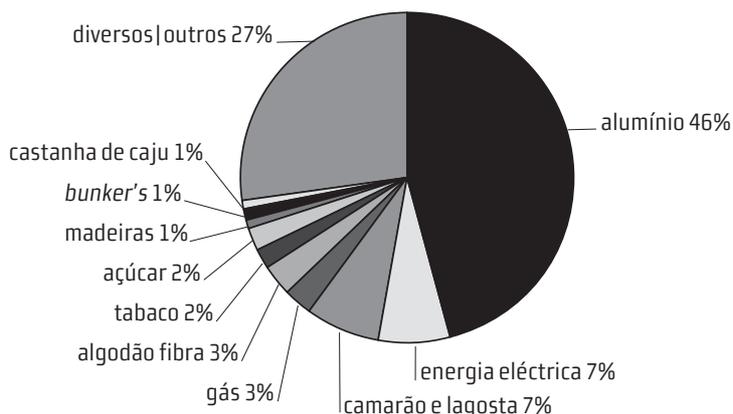
GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, COM E SEM MEGAPROJECTOS (US\$ MILHÕES)



FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (vários relatórios anuais)

O gráfico 5 ilustra a concentração das exportações de Moçambique por produto. No período 1999-2008, sete produtos (alumínio, energia, camarão e lagosta, gás natural, algodão fibra, tabaco e açúcar) representaram 70% das exportações. Todos estes produtos são primários, com fracas ligações a montante e a jusante dentro da economia nacional, e apenas o açúcar vai para além do processamento básico necessário para exportação.

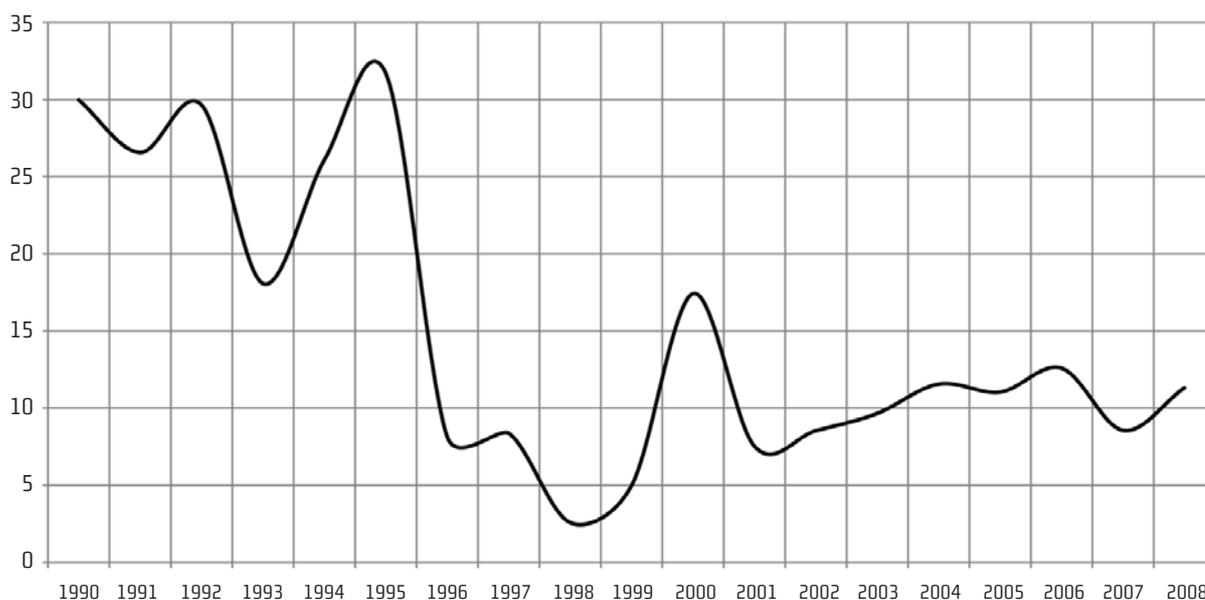
GRÁFICO 5 PESO MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO, 1999-2008 (EM %)



FONTE INE (vários anuários estatísticos), Banco de Moçambique (balança de pagamentos), Castel-Branco (2002a, 2002b e 2003c)

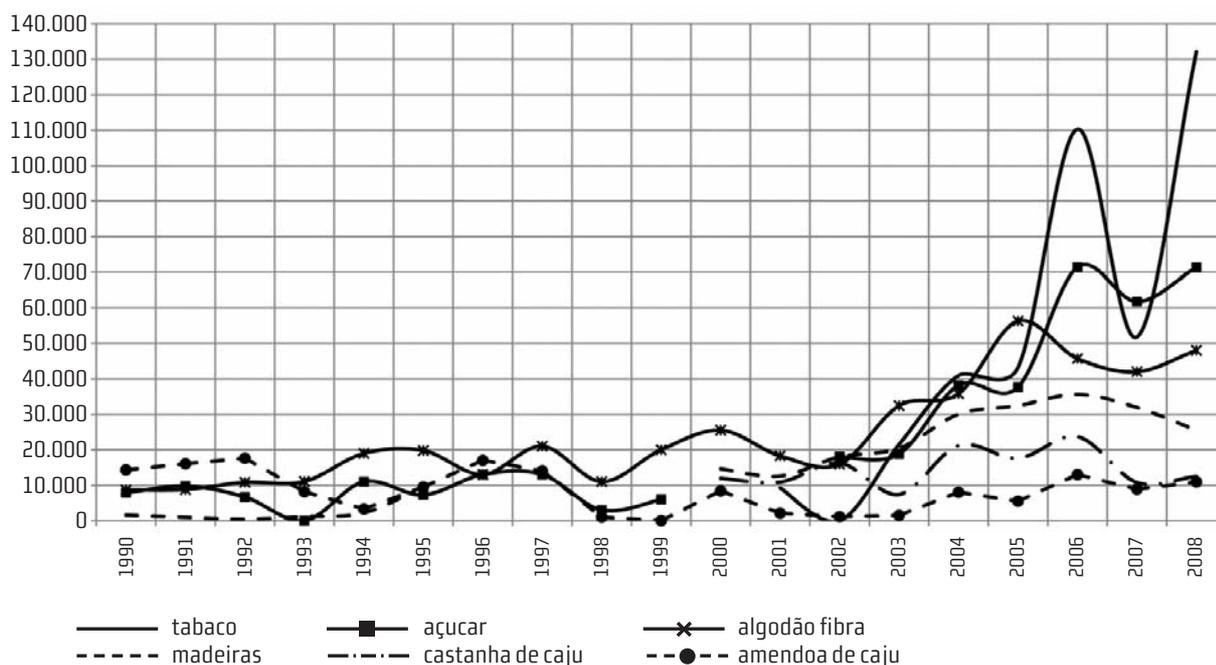
Os gráficos 6, 7 e 8 mostram que as exportações agroindustriais e agrícolas diminuíram substancialmente como percentagem das exportações totais nacionais (gráfico 6), embora tendam a recuperar nos últimos anos; que as exportações não processadas de madeiras, tabaco, caju e algodão fibra totalizam dois terços das exportações agroindustriais e agrícolas; que as exportações de caju em bruto tendem a substituir as de caju processado; e que somente as exportações de açúcar, algodão fibra e tabaco tendem a crescer nos últimos anos (gráficos 7 e 8). Portanto, a actividade agrícola e agroindustrial comercial enfrentam o mesmo problema de concentração e desarticulação, em que a produção cresce num pequeno leque de actividades e em subsectores que não se interligam.

GRÁFICO 6 PESO DAS EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE BENS (EM %)



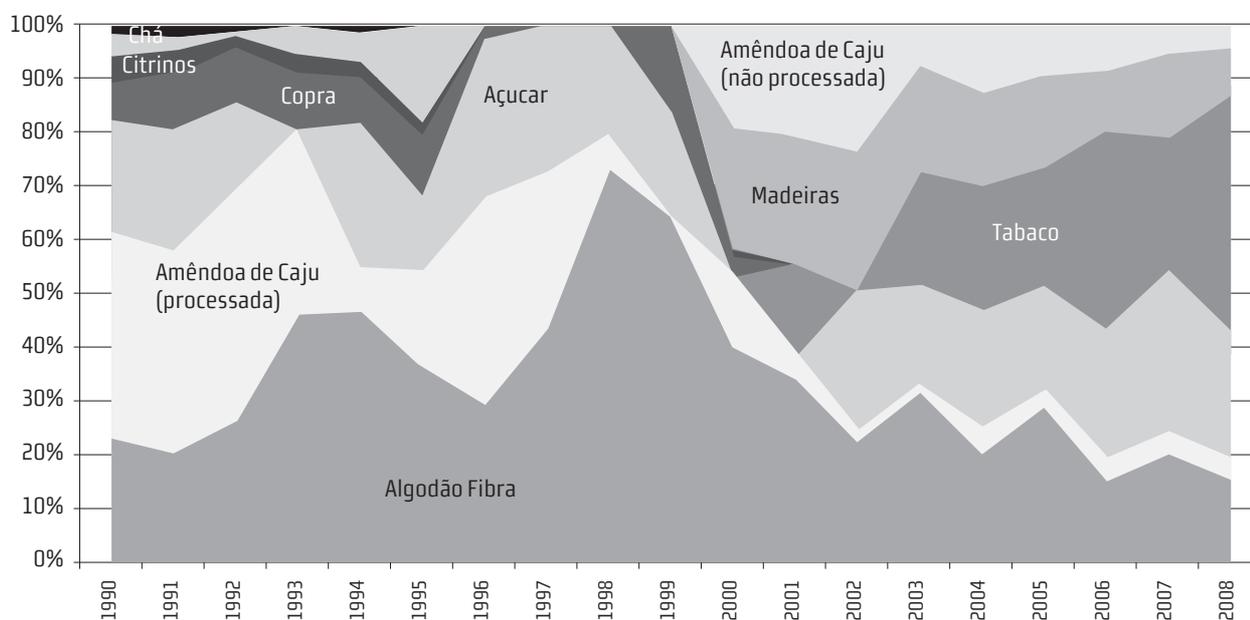
FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (balança de pagamentos)

GRÁFICO 7 PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS (US\$ MILHARES)



FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (balança de pagamentos)

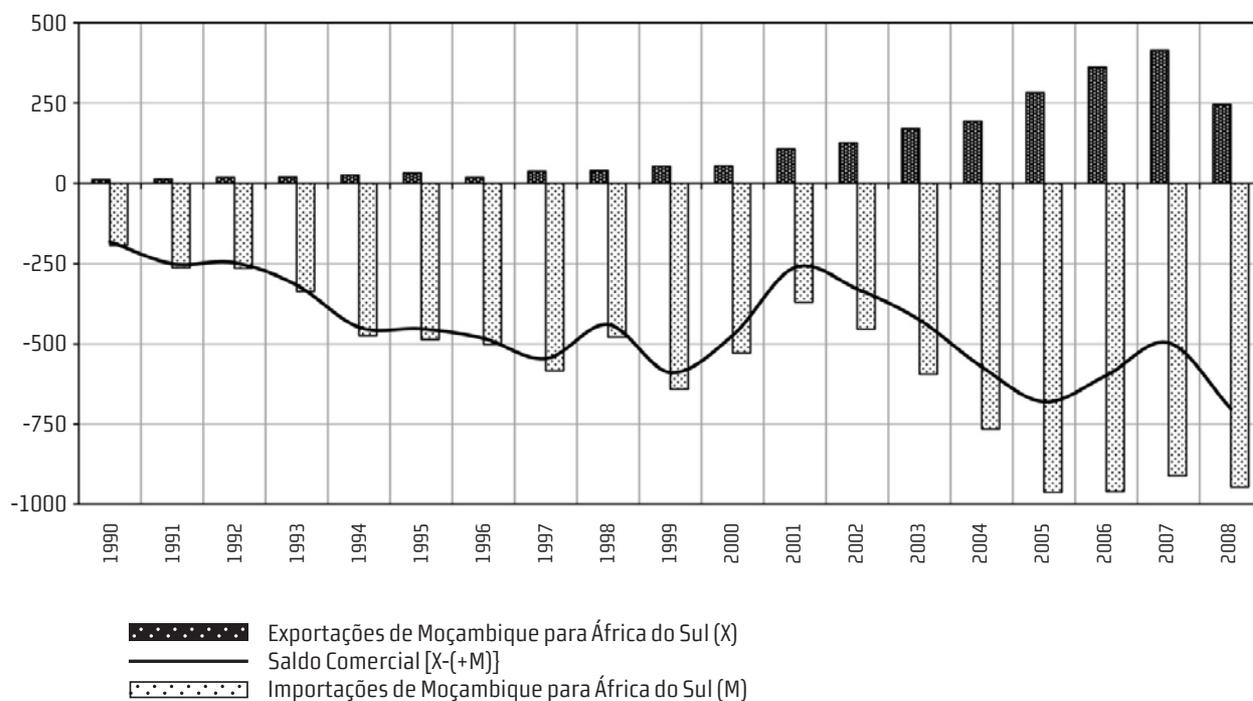
GRÁFICO 8 ESTRUTURA PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRO-INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS



FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (dados da balança de pagamentos)

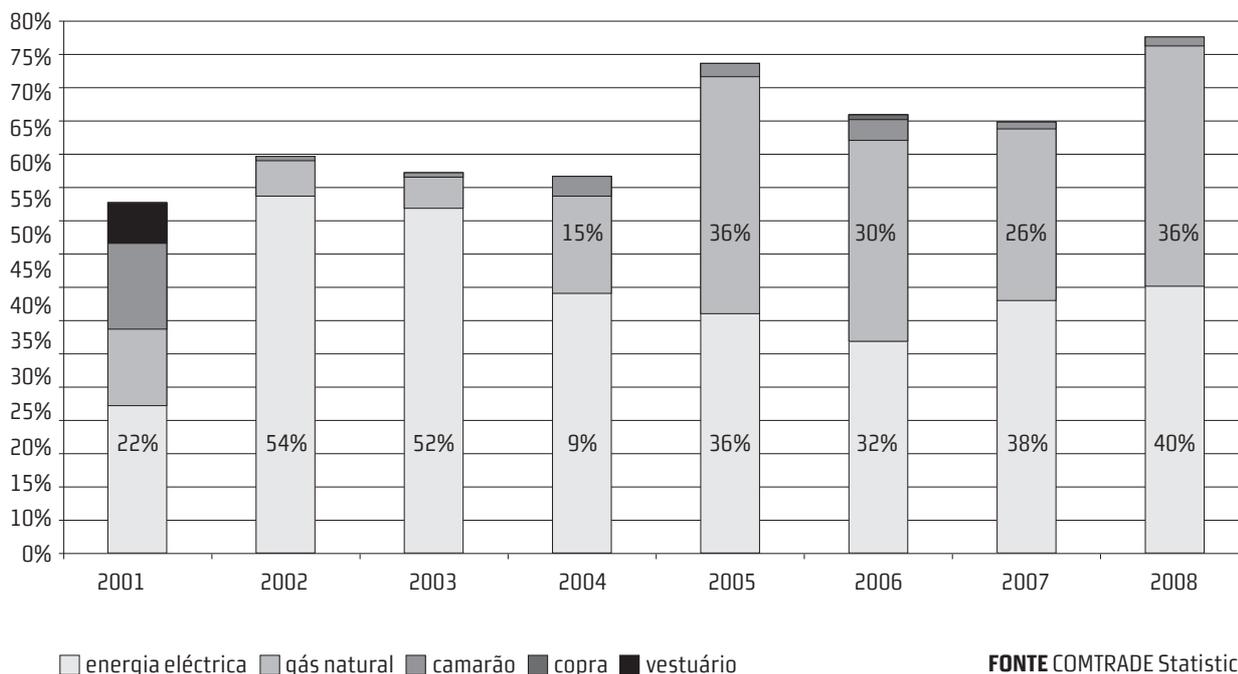
Os gráficos 9 e 10 mostram o comércio de bens e serviços entre Moçambique e a África do Sul (RSA) e realçam três aspectos. Primeiro, Moçambique exporta para a RSA menos de metade do valor das suas importações daquele país. Segundo, o aumento brusco das exportações de Moçambique deve-se inteiramente à energia eléctrica e gás natural, que estão associados com megaprojectos do complexo mineral-energético na África do Sul e em Moçambique. Em 2001, camarão, copra e vestuário representavam 31% das exportações de Moçambique e energia 22%; enquanto 48% eram outros bens e serviços. Em 2008, energia e gás natural representavam 76% das exportações de Moçambique para a RSA, camarão representava 1%, e as exportações de copra e vestuário haviam praticamente cessado. Terceiro, comparando estes gráficos com o gráfico 4, e incluindo alumínio e importações associadas, conclui-se que um quarto das importações e 8% das exportações de Moçambique ocorrem com a RSA. Quando o alumínio e importações associadas são excluídos das transacções, 30% das importações e 20% das exportações de Moçambique ocorrem com a RSA. Alumínio (para a indústria automóvel japonesa em dois países europeus), gás e energia eléctrica (para a RSA) representam mais de 60% das exportações de bens e serviços de Moçambique e são destinadas a três mercados. Portanto, as exportações de Moçambique são excessivamente concentradas em dois sentidos, no que diz respeito aos produtos e aos mercados.

GRÁFICO 9 COMÉRCIO ENTRE MOÇAMBIQUE E A ÁFRICA DO SUL (US\$ MILHÕES)



FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (vários relatórios anuais)

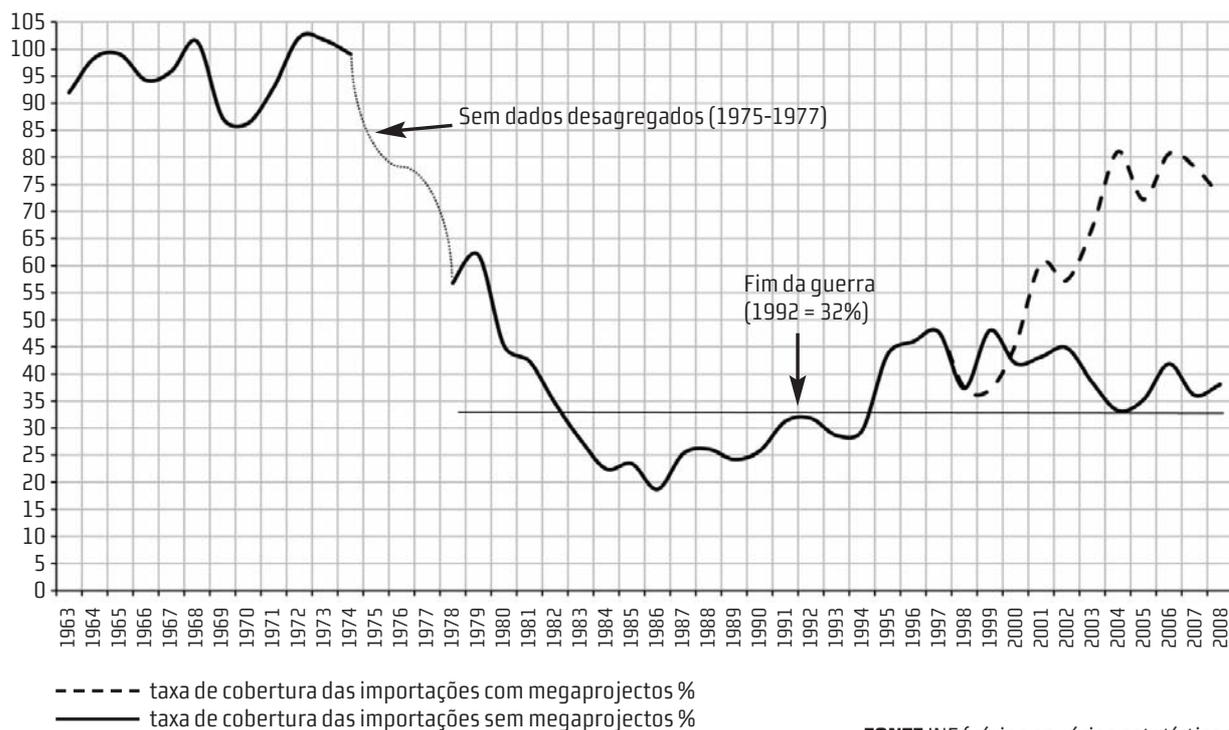
GRÁFICO 10 PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE PARA A ÁFRICA DO SUL
(EM % DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE MOÇAMBIQUE PARA A ÁFRICA DO SUL)



Portanto, Moçambique enfrenta um défice comercial crónico. A dimensão deste défice comercial é ilustrada pela taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas exportações de bens e serviços de Moçambique (gráfico 11). Excluindo megaprojectos, a taxa de cobertura das importações em 2008 era semelhante à de 1992, último ano da guerra. Há dois motivos para realizar esta análise com e sem megaprojectos. Primeiro, a inclusão dos megaprojectos distorce a análise porque o seu peso nas transacções comerciais externas é colossal. A análise “com e sem” permite ilustrar o grau de concentração e a dependência em relação aos megaprojectos. Segundo, dadas as limitadas ligações dos megaprojectos com a economia nacional, apenas uma pequena fracção do excedente comercial destes projectos é absorvida pela economia. Estes projectos financiam as suas importações e custos correntes e pouco mais.

A análise das dinâmicas do investimento permite identificar as tendências dos padrões de acumulação no futuro, quando os efeitos do investimento se farão sentir. Esta análise também permite identificar como é que se transmitem os efeitos do investimento para as dinâmicas e estrutura macroeconómica por via da estrutura produtiva e comercial, como se verá mais adiante. Os gráficos 12 e 13 mostram a alocação do investimento privado aprovado em Moçambique por fonte (investimento directo estrangeiro ou nacional e empréstimos), por ano, por subsector ou produto e por província. Os dois gráficos mostram que o fluxo de investimento é muito irregular, assemelhando-se mais ao de uma grande empresa do que ao de uma economia dinâmica.¹⁰ Esta irregularidade do fluxo de investimento é indicadora da sua concentração num

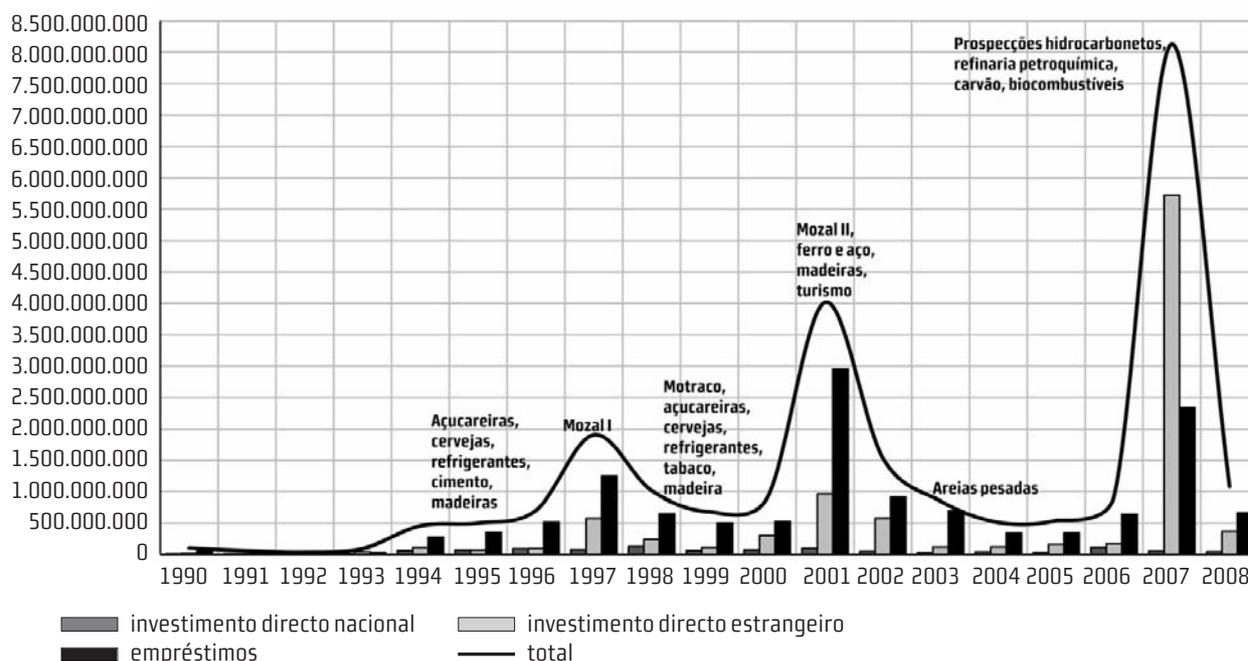
GRÁFICO 11 TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES (BENS E SERVIÇOS, EM %)



FONTE INE (vários anuários estatísticos)

pequeno grupo de grandes projectos. Quando os picos de investimento são ligados a projectos concretos constata-se que todos eles coincidem com megaprojectos minerais e energéticos e com as poucas indústrias dominantes da actualidade (açúcar, cervejas, cimento, tabaco, turismo, madeira e infra-estruturas associadas como os grandes corredores ferro-portuários). Estes dados

GRÁFICO 12 INVESTIMENTO PRIVADO APROVADO EM MOÇAMBIQUE POR FONTE E POR ANO (EM US\$)

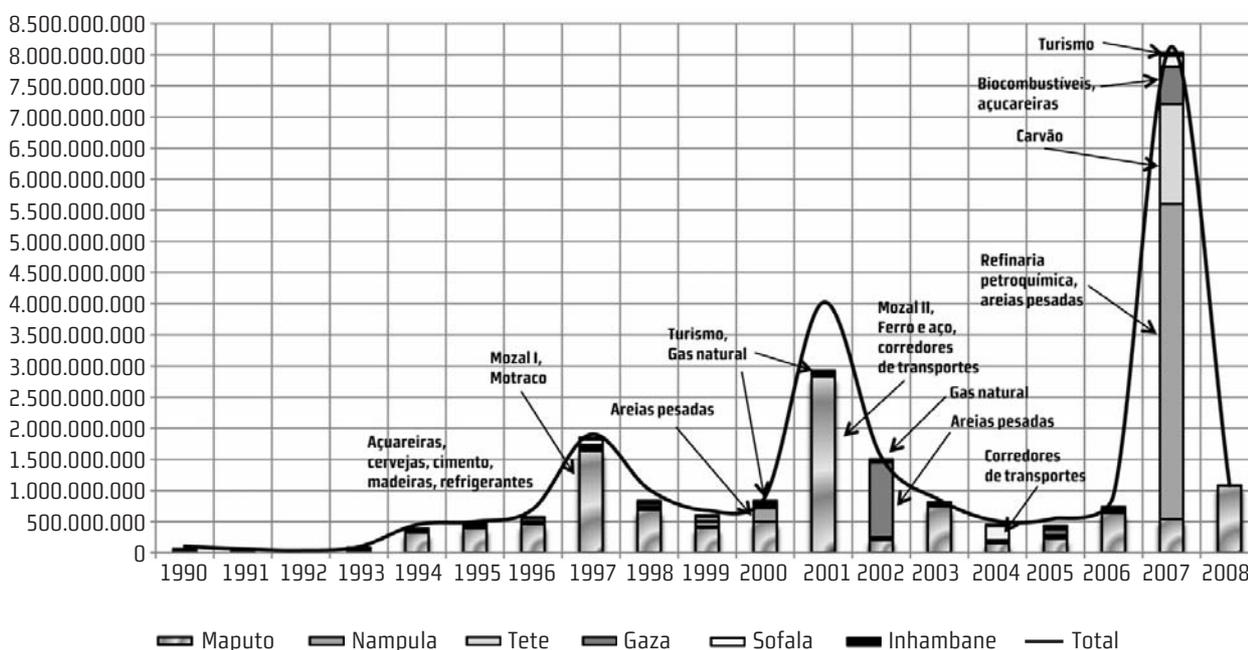


FONTE CPI (base de dados do investimento aprovado)

indicam que as dinâmicas de investimento estão a reforçar e a reproduzir as actuais dinâmicas concentradas e desarticuladas de produção e comércio.

Os gráficos 14, 15, 16 e 17 confirmam a tendência do investimento reproduzir a estrutura desarticulada e não diversificada da produção e comércio. O gráfico 14 mostra que Maputo (por causa da Mozal, Motraco e projecto de ferro e aço, MISP), Nampula (refinaria petroquímica e areias pesadas), Tete (carvão), Gaza (areias pesadas, ou minerais, e açucareiras) e Inhambane (gás natural e turismo) foram os maiores destinatários do investimento directo estrangeiro (IDE)

GRÁFICO 13 INVESTIMENTO PRIVADO POR PROVÍNCIA (PROVÍNCIAS SELECIONADAS, EM US\$)



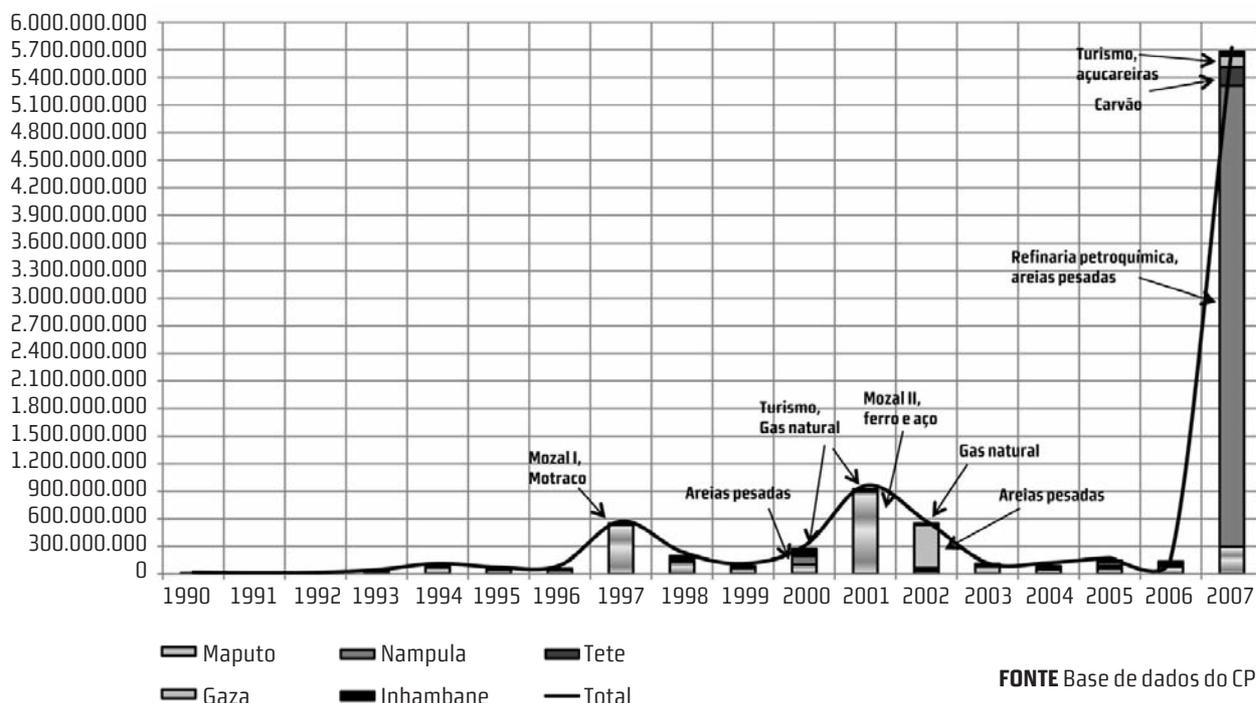
FONTE CPI (base de dados do investimento privado aprovado)

aprovados entre 1990 e 2007. Em todos os anos em que ocorreu investimento significativo, um pequeno grupo de grandes projectos minerais e energéticos foi dominante. Em apenas dois casos (Gaza e Inhambane) foram incluídos outros subsectores (açúcar e turismo).

Ao longo do período 1990-2008, as agroindústrias e outras actividades agrárias receberam apenas 13% do investimento privado total aprovado, e cerca de 80% deste investimento foi concentrado no açúcar, tabaco, algodão e exploração madeireira.¹¹

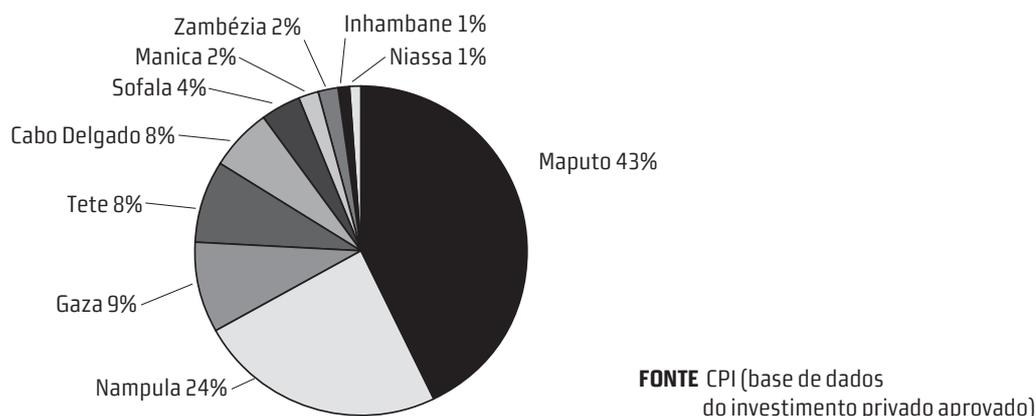
O gráfico 15 resume a proporção do investimento privado total no país absorvido por cada província entre 1990 e 2008. Como seria de prever, Maputo, Nampula, Gaza e Tete, onde se localizam os maiores projectos minerais e energéticos, absorveram 84% do investimento privado total aprovado no período. Comparando o gráfico 15 com os anteriores, conclui-se que Maputo não só domina a absorção de investimento total do período (43%), como também foi dominante

GRÁFICO 14 INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE) APROVADO POR PROVÍNCIA (PROVÍNCIAS SELECIONADAS, US\$)



em quase todos os anos ao longo do período 1990-2008. Nampula, segunda província com 24% do investimento, apenas foi dominante em 2000 e 2007 por causa de dois projectos: areias pesadas (ou minerais) e a petroquímica de Nacala. Tete apenas se destacou no fim do período em análise por causa do investimento massivo no carvão (Vale do Rio Doce e Riversdale).¹² Os gráficos 16 e 17 dão uma outra perspectiva: a absorção do investimento privado por fonte somente para o período 2000-2008, em que os megaprojectos se começaram a destacar (Mozal I e Motraco). Neste período, 43% do investimento privado foi para recursos minerais e 20% para a indústria e energia (em especial para a Mozal I e II e Motraco) (gráfico 16). Analisando o

GRÁFICO 15 INVESTIMENTO APROVADO POR PROVÍNCIA, 1990-2008 (EM %)



investimento por fonte (gráfico 17), aproximadamente 68% do IDE e 24% dos empréstimos externos foram para projectos de recursos minerais, enquanto os investidores nacionais aplicaram apenas 4% do seu investimento neste sector. Portanto, os fluxos externos de capitais privados estão claramente focados nos recursos minerais e energéticos (com aparente maior diversificação na alocação de empréstimos em comparação com o IDE), enquanto o investimento directo nacional está mais focado em transportes e comunicações, turismo, indústria e banca. Estes dados parecem indicar que, enquanto o IDE é aplicado de forma concentrada, as restantes fontes são aplicadas de forma diversificada. Tal constatação seria simplista, superficial e incorrecta. O IDE representa 46% do investimento privado, o investimento directo nacional (IDN)

GRÁFICO 16 ALOCAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO APROVADO POR SUBSECTOR 2000-2008 (EM % DO INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL)

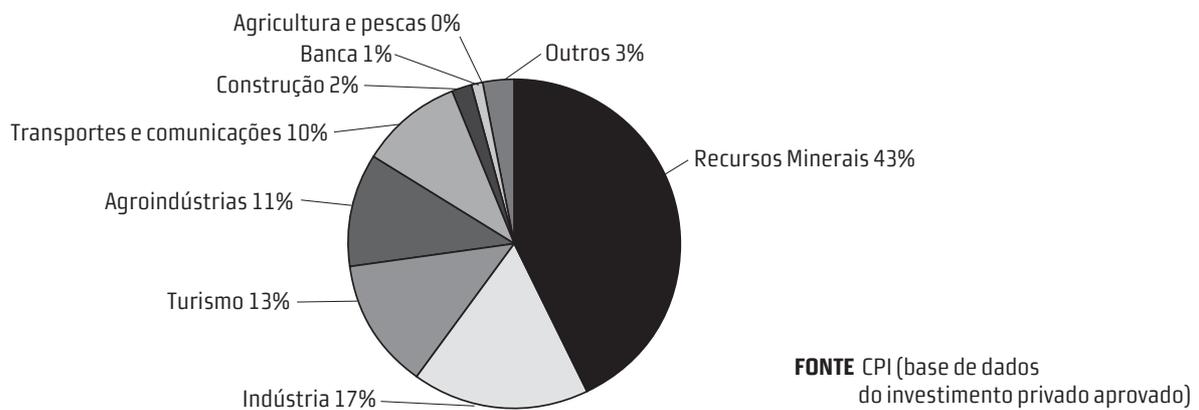
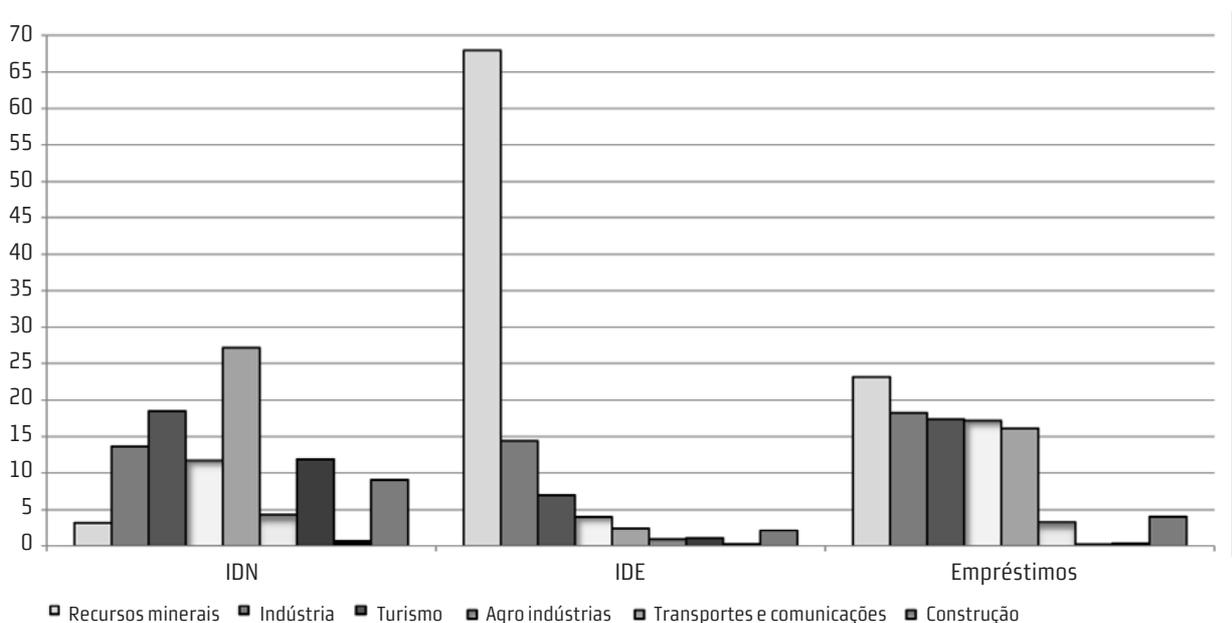


GRÁFICO 17 PROPORÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO APROVADO POR SECTOR E POR FONTE, EM 2000-2008 (EM % DO INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL)



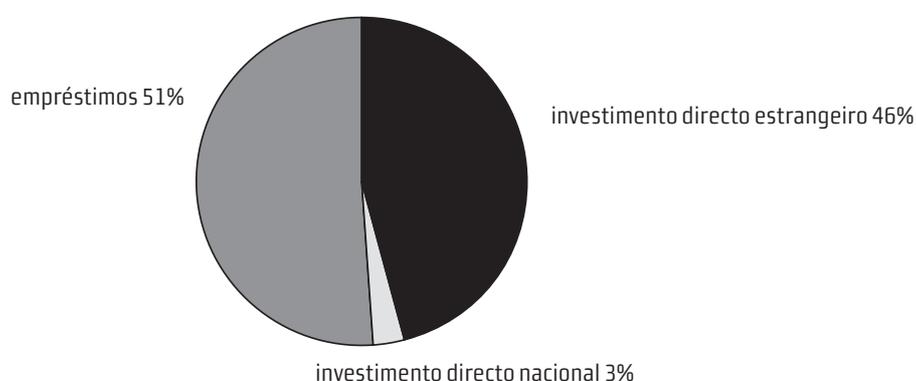
representa apenas 3% (gráfico 18). Dada a enorme diferença na capacidade de mobilizar recursos financeiros entre estas duas modalidades de investimento, seria de esperar que, como de facto acontece, o IDN fosse aplicado em projectos menores e participasse nos projectos do IDE com apenas uma pequena fracção do seu capital. O gráfico 19 demonstra essas mesmas tendências de predominância do IDE no investimento total privado, mas apresentando informação desagregada por ano.

Por outro lado, o investimento de peso nos recursos minerais é feito por algumas das maiores multinacionais no planeta: BHP Billiton, Vale do Rio Doce, Riversdale, Kenmare, Sasol, grandes companhias de prospecção petrolífera (como a ANDARKO, a ARTUMAS, etc.), e estas companhias registam parte considerável do seu investimento em Moçambique como IDE.

Além disso, o investimento realizado em outros sectores e subsectores (além dos recursos minerais e energia) não é necessariamente diversificado. O investimento de peso feito nos transportes e comunicações (10% do investimento total, do qual um ponto percentual (ou dez por cento do investimento em transportes) via IDN) está associado com a grande indústria extractiva por causa dos corredores do Centro e Norte de Moçambique. A evidência apresentada ao longo desta secção mostra que em cada um dos sectores e subsectores analisados existe excessiva concentração tanto da produção como do comércio e investimento. Portanto, é importante que não se analise a concentração apenas ao nível sectorial e subsectorial. A questão relevante não é apenas se o investimento é ou não distribuído equilibradamente entre sectores e subsectores, mas em que é que de facto é aplicado dentro desses subsectores. É esta informação que permite perceber a capacidade desse investimento de gerar ligações produtivas positivas.

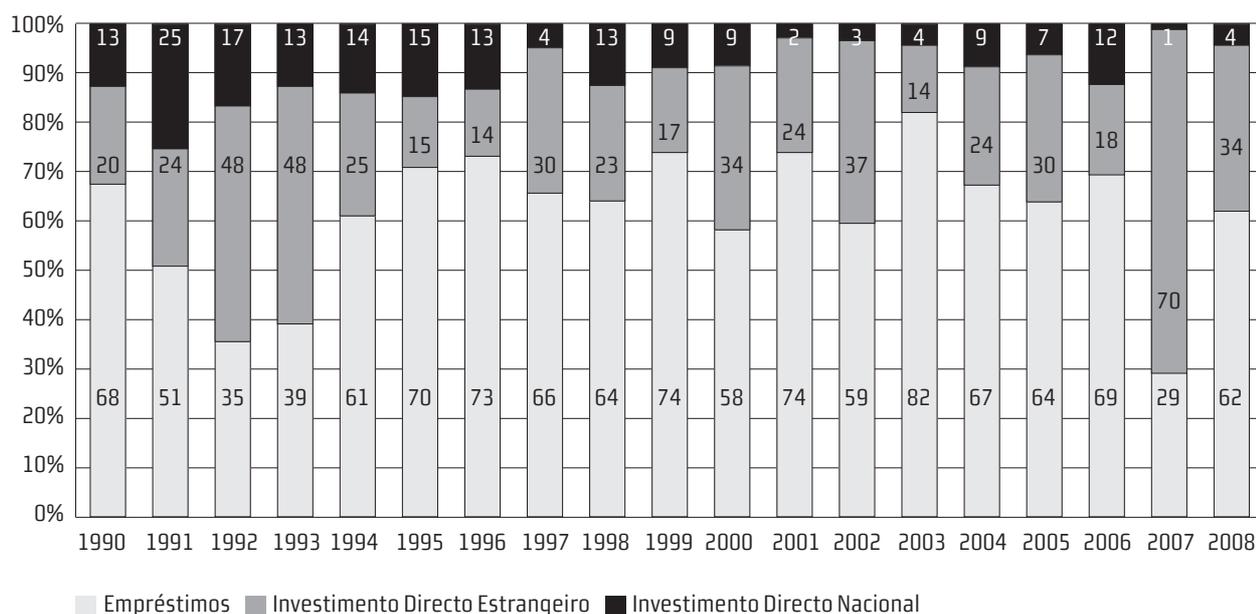
As mesmas tendências de concentração e desarticulação afectam, naturalmente, as infra-estruturas e serviços. A cidade de Maputo ainda concentra cerca de metade da rede comercial reta-

GRÁFICO 18 PROPORÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO APROVADO, POR FONTE, ENTRE 2000-2008 (EM %)



FONTE CPI (base de dados do investimento privado aprovado)

GRÁFICO 19 INVESTIMENTO PRIVADO APROVADO EM MOÇAMBIQUE POR FONTE E POR ANO
(% DO INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL)



FONTE CPI (base de dados de investimento privado aprovado)

lhista e dois terços da rede grossista, 40% da rede de distribuição de combustíveis e assistência técnica auto, 80% das empresas de serviços de transporte, comunicações, construção, consultoria e informação. Comparativamente, nas províncias de Nampula e Zambézia localizam-se apenas 21% da rede comercial retalhista e 10% da grossista, 5% das empresas de serviços, 16% da rede de distribuição de combustíveis e assistência técnica auto, 21% das estradas nacionais revestidas e 33% das estradas nacionais não revestidas, apesar de estas províncias abrangerem 22% do território nacional e 41% da população do país, estarem localizadas em algumas das melhores zonas agroecológicas do país e serem consideradas de grande potencial de desenvolvimento económico. Em todo o país, somente metade dos distritos rurais tem redes de extensão rural.¹³ Instituições financeiras formais operam em apenas 40% dos distritos rurais e urbanos do país. A cidade e província de Maputo concentram 52% dos balcões de bancos, 55% das ATM, 72% dos POS, 55% dos microbancos, 64% das instituições de microcrédito e 84% das cooperativas de crédito. Maputo (cidade e província), Gaza e Inhambane concentram 64% dos balcões de bancos e 74% das instituições de microcrédito. Metade do número total de distritos com instituições bancárias em todo o país situa-se nestas três províncias, onde 70% dos distritos têm instituições bancárias. Em contrapartida, na Zambézia e em Nampula apenas 30% dos distritos têm instituições bancárias.¹⁴ Embora as instituições de ensino superior se estejam a multiplicar por todo o país, com questionável qualidade¹⁵, o acesso a formação técnico-profissional de qualidade a todos os níveis continua muito limitada¹⁶ e a qualidade geral da educação nas zonas rurais tende a ser pior que nas urbanas.¹⁷

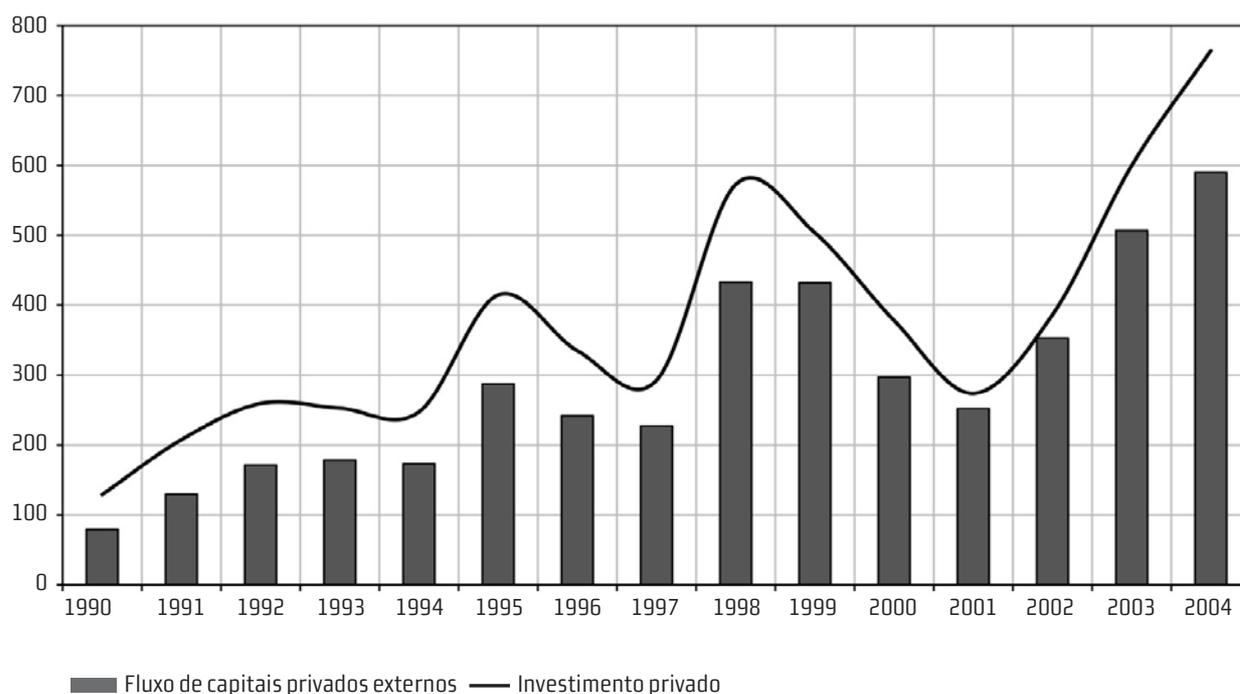
DEPENDÊNCIA EXTERNA

A dependência externa é outra característica fundamental do padrão de crescimento económico em Moçambique e da natureza das suas crises cíclicas. Dependência externa tem várias dimensões inter-relacionadas: científica, tecnológica e técnica, institucional, política e económica e financeira. As três primeiras (relacionadas com capacidades e poder) envolvem processos de longo prazo, estão directamente relacionadas com o que acontece na economia mas saem um pouco do escopo deste artigo (que procura focar-se nos padrões económicos e de crises). Portanto, o artigo concentra-se na dimensão económica e financeira da dependência.

A economia nacional é profundamente dependente de fluxos privados e públicos de capital. No que diz respeito aos fluxos privados, a análise anterior havia já demonstrado que 43% do investimento privado provém de IDE e cerca de dois terços dos empréstimos provém da banca internacional. O gráfico 20 confirma estes dados, mostrando que ao longo do período 1990-2004¹⁸ consistentemente cerca de 80% do investimento privado total dependia de fluxos externos de capital privado (IDE e empréstimos). O gráfico 21 mostra como os fluxos totais de capitais externos (IDE, empréstimos comerciais e ajuda externa) são determinantes para o investimento total na economia (público e privado).

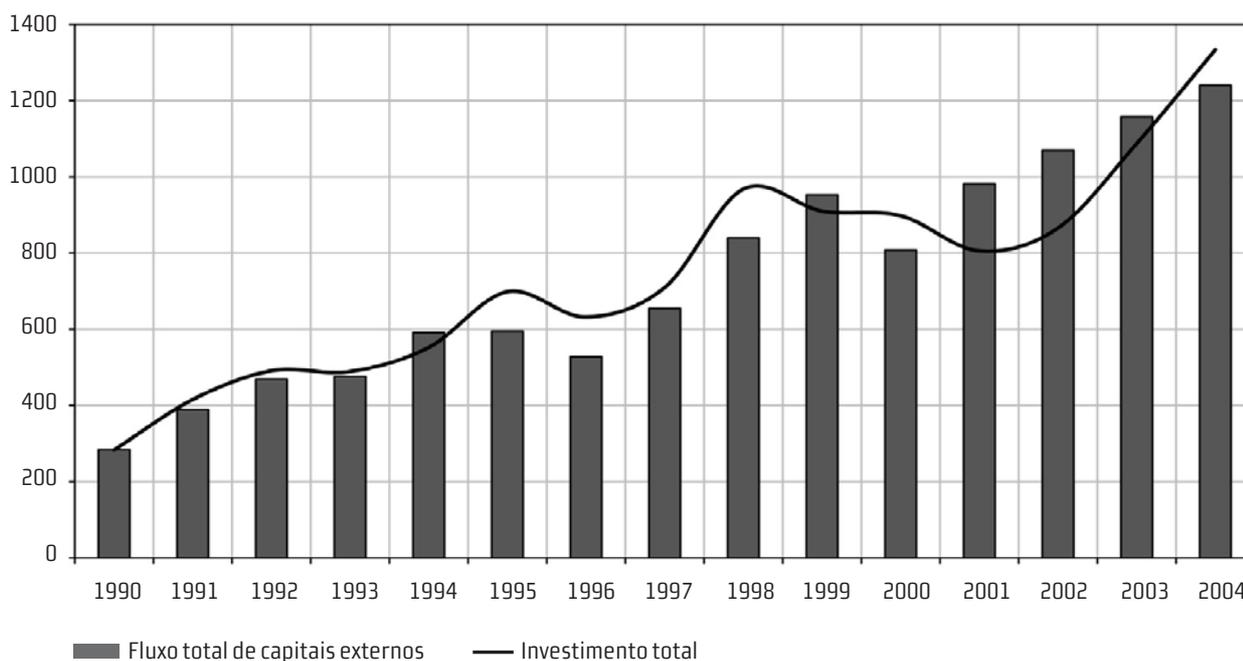
O gráfico 22 mostra a evolução da ajuda externa ao país por parte dos membros do G-19.¹⁹ Nos últimos cinco anos, a percentagem desta ajuda alocada para financiar a despesa pública variou entre 85% e 91%, o que significa que entre US\$ 750 milhões (2004) e US\$ 1100 milhões (2008)

GRÁFICO 20 INVESTIMENTO PRIVADO TOTAL E FLUXOS EXTERNOS DE CAPITAIS PRIVADOS (US\$ MILHÕES)



FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (relatórios anuais e balança de pagamentos)

GRÁFICO 21 INVESTIMENTO TOTAL E FLUXO TOTAL DE CAPITAIS EXTERNOS (US\$ MILHÕES)

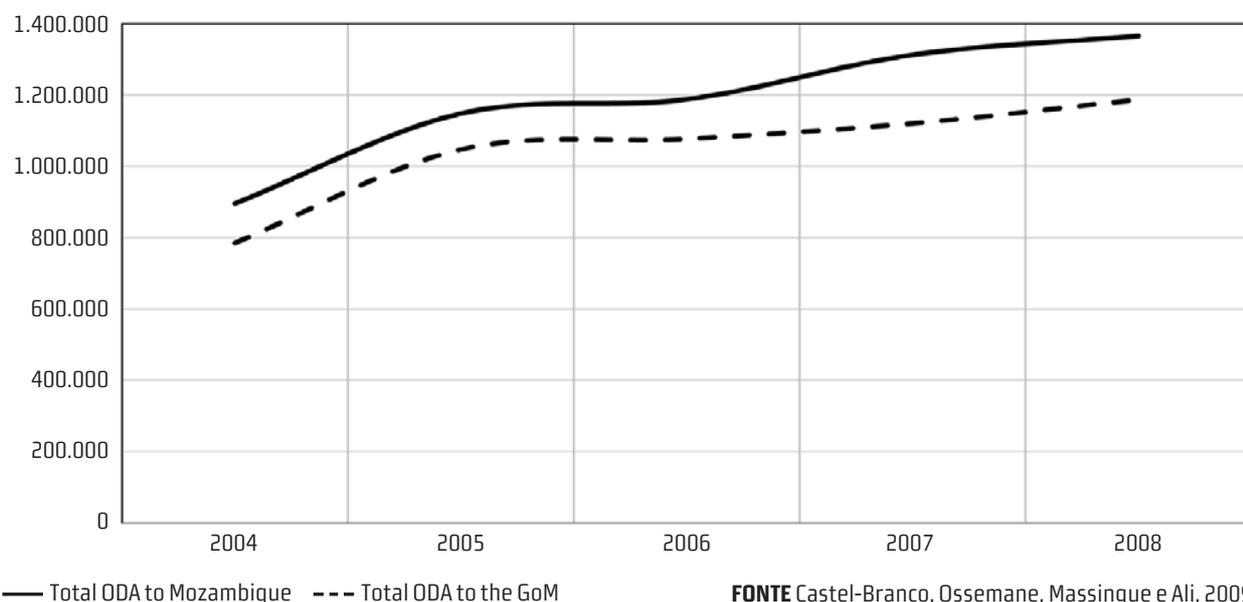


FONTE INE (anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (relatórios anuais e balança de pagamentos)

foram alocados a despesas públicas. Portanto, a ajuda externa financiou, ao longo do período, mais de 50% da despesa pública. Por sua vez, o gráfico 23 mostra a relação muito próxima entre ajuda externa e investimento público.

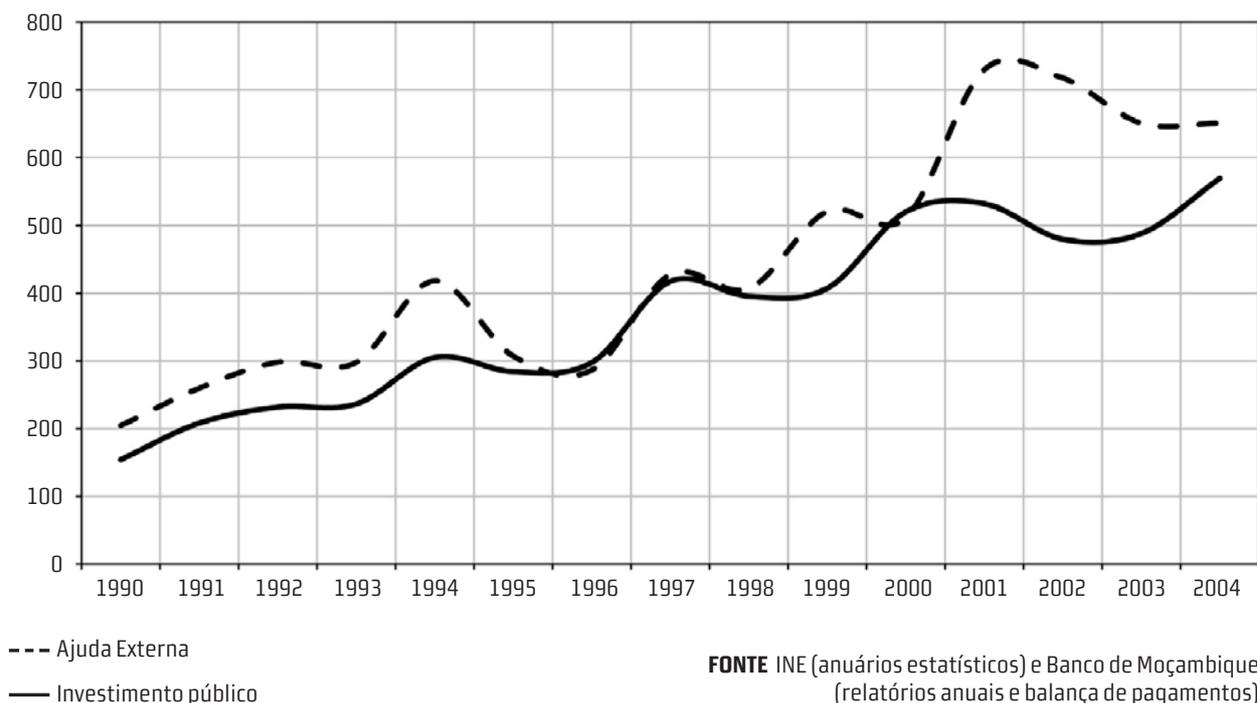
Dados do BM²⁰ indicam que a ajuda oficial ao desenvolvimento em 2007 correspondeu a 22% do Produto Interno Bruto de Moçambique, valor este que é cinco vezes superior à média dos países da África Sub-Sahariana e que coloca o país como o 11.º mais dependente da ajuda externa a nível mundial.

GRÁFICO 22 AJUDA EXTERNA DO G-19 PARA MOÇAMBIQUE (US\$ MILHARES)



FONTE Castel-Branco, Ossemame, Massingue e Ali, 2009

GRÁFICO 23 INVESTIMENTO PÚBLICO E AJUDA EXTERNA (US\$ MILHÕES)



Há razões históricas, de economia política e de política económica que explicam esta dependência. Por um lado, as classes capitalistas nacionais são historicamente recentes e têm por base o comércio, o acesso ao erário público por via de ligações e história política ou dos fundos de investimento de iniciativas locais.²¹ Por se terem desenvolvido num contexto de liberalização económica, as classes capitalistas emergentes não têm a experiência de organização da produção, da logística produtiva e das finanças à escala industrial.²² Por outro lado, as políticas de estabilização monetária (criação de reservas externas excessivas, a sucção de liquidez da economia, o financiamento da despesa pública com recurso a títulos do tesouro, os elevados rácios de reservas precaucionais, etc.) têm restringido as oportunidades e a liquidez disponível para investir, ao mesmo tempo que criam incentivos para aplicação especulativa das poupanças privadas em transacções financeiras.²³

Por sua vez, o IDE em projectos de grande escala, que começou a crescer rapidamente em meados dos anos 1990, trouxe consigo a capacidade tecnológica, a penetração em mercados oligopolistas, a reputação comercial e os meios de financiamento. Para manter a coerência das políticas de estabilização monetaristas do FMI em face dos crescentes fluxos combinados de capitais externos (IDE, empréstimos comerciais e ajuda externa), o Banco Central passou a esterilizar a ajuda externa de modo a manter a massa monetária em linha com os alvos de inflação. Num contexto em que a ajuda externa massiva é sobretudo gasta em importações e consumo social por via da construção de infra-estruturas sociais, a liquidez sugada da economia é de facto transferida para investimento não directamente produtivo e intensivo em importações.

Enquanto a expansão do capital internacional de grande escala é possível por causa do poder tecnológico, financeiro e domínio dos mercados das multinacionais, a expansão do pequeno e

médio capital nacional necessitaria de uma política de despesa pública que premeditadamente provocasse o *crowding in* do investimento privado por via do desenvolvimento da estratégia económica e do financiamento dos serviços e infra-estruturas adequados e coordenados com o desenvolvimento da produção directa. No entanto, a despesa pública está, essencialmente, desfasada deste processo de *crowding in* do investimento privado, o que dificulta a generalização e expansão da pequena e média empresa nacional e estrangeira.²⁴

Por consequência, as opções para a rápida acumulação de capital por parte das classes capitalistas nacionais emergentes eram restritas a uma base histórica (comercial ou política), mas sem experiência de organização industrial da economia (cadeias de produto e valor, *clusters*, logística, finanças, etc.). Portanto, esta acumulação tinha de começar pela capitalização de recursos naturais que, pela Constituição, pertencem ao Estado. É assim que a estratégia económica dos últimos 5-6 anos tem sido focada na promoção das ligações do capital nacional com o capital estrangeiro de grande escala, com enfoque na expansão do complexo mineral-energético. Por um lado, este enfoque reflecte os interesses e estratégias globais dominantes do capital multinacional na África Sub-Sahariana.²⁵ Por outro lado, o enfoque reflecte as possibilidades do capital doméstico emergente, que utiliza o acesso privilegiado aos recursos naturais, com base em alianças e história política, como meio de assegurar o acesso ao grande capital internacional. À medida que os retornos neste tipo de investimento se vão acumulando, o capital nacional emergente diversifica para infra-estruturas de comunicações e transporte para facilitar o investimento estrangeiro de grande escala, e para o investimento imobiliário.

A acumulação privada das classes capitalistas nacionais emergentes num quadro de economia extractiva depende de rendas que são possíveis de obter pelo acesso a recursos naturais e pelo tráfico de influências em relação ao processo de decisão política. Em outras palavras, o que os capitalistas nacionais têm para oferecer ao capital estrangeiro que justifique a sua integração nas sociedades corporativas e o seu acesso a rendas são os recursos naturais e a influência ou controlo sobre as instituições políticas.

As rendas podem ser apropriadas pelo Estado (através dos impostos, *royalties*, e outros) e aplicadas, através do investimento público, na construção da logística, serviços, infra-estruturas e outras condições necessárias para a expansão diversificada do pequeno e médio capital nacional. Se fosse este o caso, seria o Estado a negociar os recursos naturais de acordo com uma estratégia mais geral de desenvolvimento nacional, e seria o Estado a assegurar a participação nacional nas sociedades e corporações, obtendo daí quatro vantagens: (i) a exploração estratégica e coordenada dos recursos de acordo com uma perspectiva mais ampla e de longo prazo; (ii) a maximização de receitas fiscais, *royalties*, etc.; (iii) a maximização das receitas de aplicação de capitais do Estado; e (iv) a acumulação de recursos para financiar a diversificação e articulação da economia. Esta abordagem poderia tornar-se num caminho prático e pragmático para eliminar a dependência externa num futuro realista e não muito distante.

No entanto, as rendas são apropriadas privadamente, a começar pelo facto de os grandes projectos beneficiarem de pacotes fiscais e outros anormalmente generosos, e terminando nos vários conflitos sobre a terra e em torno do controlo e das opções de exploração de recursos naturais.²⁶ As rendas assim apropriadas, privadamente, são posteriormente aplicadas na exploração de mais recursos naturais, na infra-estrutura de transportes e comunicações que facilita os grandes projectos de investimento estrangeiro, na construção e especulação imobiliária, turismo e actividades bancárias. Grandes grupos económicos nacionais começam a formar *clusters* e cadeias de valor internos ao grupo, envolvendo o controlo de bancos, infra-estruturas estratégicas de transportes e comunicações, sociedades estratégicas com grandes empresas multinacionais de exploração de minerais. Em alguns destes casos, as corporações nacionais não usam capital-dinheiro (próprio ou crédito), mas capital institucional (acesso aos recursos minerais, acesso às instituições, tráfico de influências e alianças com o poder político para escolher e penetrar em áreas estratégicas com posições fortes de negociação). Portanto, o Estado, neste caso, funciona como facilitador da acumulação privada em vez de como líder da acumulação e reprodução social.

O debate acerca desta questão centra-se em quatro assuntos: se, sem os incentivos, os investidores investiriam em Moçambique; se, renegociando os contratos, os investidores desinvestirão em Moçambique; se as obras sociais locais podem ou não compensar pelos benefícios fiscais; e se é ou não legítimo usar os recursos naturais como plataforma para a formação de uma burguesia capitalista financeira e oligárquica nacional. Investimentos de grande envergadura são realizados com objectivos estratégicos globais que não incluem incentivos fiscais marginais. Estes investimentos têm custos iniciais tão altos que não podem mover-se de um país para outro só por causa da alteração de incentivos fiscais na margem. As obras sociais locais não têm nada a fazer com a fiscalidade e podem até por pressão adicional sobre o orçamento corrente do Estado sem para ele contribuírem. A legitimidade de qualquer opção de desenvolvimento depende fundamentalmente da capacidade de articular politicamente e impor essa opção à sociedade, e da sustentabilidade económica, social e ambiental intergeracional dessa opção.

O ponto básico é que a privatização das rendas dos recursos tem quatro resultados observáveis: (i) a formação de uma nova oligarquia financeira nacional; (ii) a promoção do conflito generalizado de interesse entre o poder público e o privado, com a conseqüente promiscuidade e corrupção que se desenvolve entre os dois; (iii) a consolidação da dependência externa, tanto da ajuda internacional como dos fluxos de capital privado, e das estratégias, interesses e políticas que lhes são inerentes; (iv) a fragilização das instituições públicas nacionais.

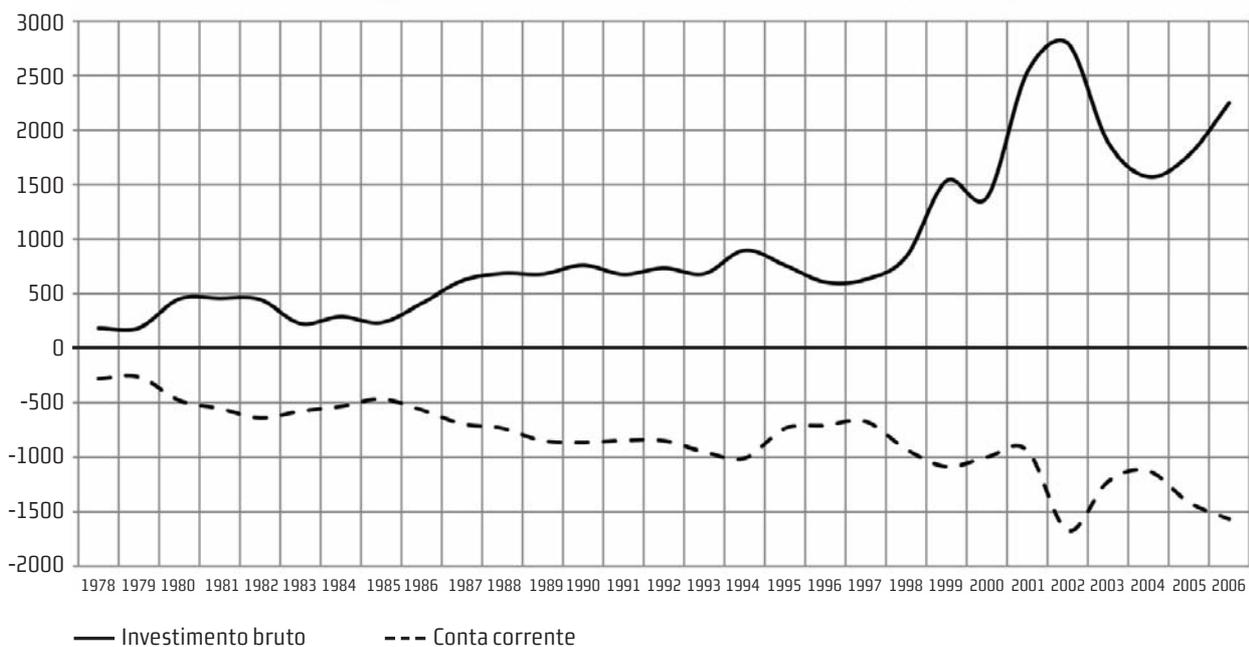
IMPACTOS MACROECONÓMICOS

A análise dos impactos macroeconómicos do padrão de crescimento descrito vai limitar-se a dois aspectos fundamentais: a balança de pagamentos e a base fiscal. Historicamente, os impactos do padrão de acumulação sobre a capacidade de sustentar importações e de financiar

a despesa pública são vitais para sustentar ou interromper o processo de acumulação. A balança de pagamentos é particularmente crítica por causa da incapacidade da economia de substituir importações através de ligações a jusante e montante das várias actividades económicas e de diversificar exportações. Assim, a expansão económica coloca grandes pressões sobre a balança de pagamentos a médio e longo prazo. A capacidade do Estado mobilizar receitas é vital para fomentar a redistribuição do rendimento e a alteração dos padrões de acumulação, provocando o *crowding in* do investimento privado diversificado.

Os gráficos 24 a 26 ilustram a relação entre o investimento (*proxy* para expansão da economia) e as diferentes componentes da balança de pagamentos. O gráfico 24 mostra o quanto o saldo da conta-corrente (linha tracejada) se deteriora com o aumento do investimento (linha contínua). Esta é a relação esperada, dada a fragilidade da substituição de importações (o que torna o investimento dependente de importações) e a rigidez das exportações não diversificadas. O gráfico 25 confirma a relação estabelecida pelo gráfico 24, mas desta vez relacionando a balança de capitais (ou de capitais e transacções financeiras) com a conta corrente e identificando os diferentes momentos históricos. Note-se que a ajuda externa não era contabilizada na balança de capitais. O que se pode observar é que cada período de aceleração do investimento é acompanhado pela deterioração da conta-corrente, do mesmo modo que cada período de contracção do investimento é acompanhado pela aparente redução do défice da conta-corrente. Exceptua-se o período compreendido entre meados dos anos 1980 e princípios dos anos 1990,

GRÁFICO 24 RELAÇÃO ENTRE O INVESTIMENTO E A CONTA-CORRENTE ANTES DE DONATIVOS (US\$ MILHÕES)

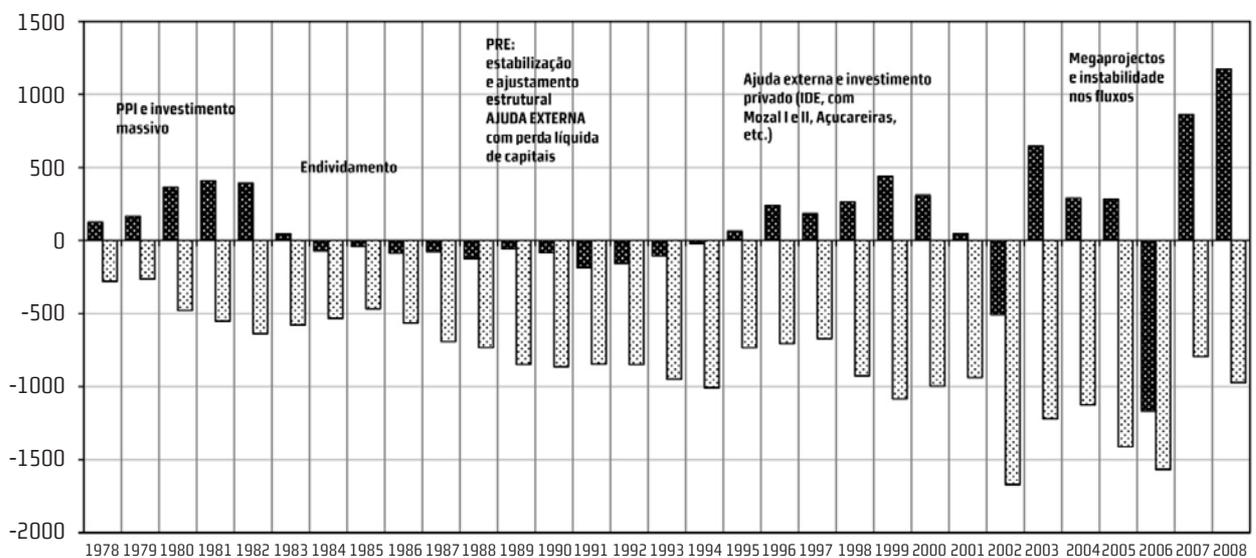


FONTE Castel-Branco 2002a, INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (balança de pagamentos)

em que as importações eram garantidas quase exclusivamente pela ajuda externa (não contabilizada na conta de capitais). Finalmente, o gráfico 26 relaciona os fluxos externos de capital com a conta-corrente, e os resultados anteriores são confirmados – quando o fluxo aumenta, o saldo da conta-corrente deteriora-se.

A partir do início da década de 2000, a emergência dos megaprojectos virados para exportação alterou a elasticidade das exportações relativamente ao investimento. Por um lado, o investimento privado concentrou-se nos megaprojectos. Por outro lado, todos estes projectos são destinados à exportação. Logicamente, investimento e exportação começaram a evoluir ao

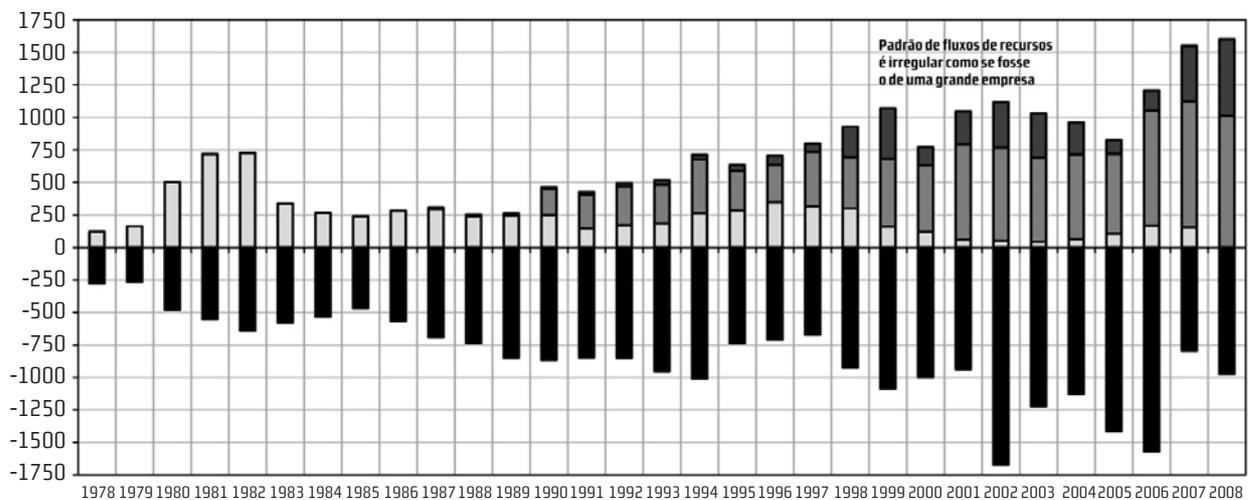
GRÁFICO 25 RELAÇÃO ENTRE A BALANÇA DE CAPITAIS E FINANCEIRA E O DÉFICE COMERCIAL (US\$ MILHÕES) (*)



■ Balança de capitais □ Contacorrente

FONTE INE (vários anuários estatísticos) e Banco de Moçambique (relatórios anuais)

GRÁFICO 26 FLUXOS EXTERNOS DE CAPITAL E CONTA-CORRENTE (US\$ MILLHÕES) (*)



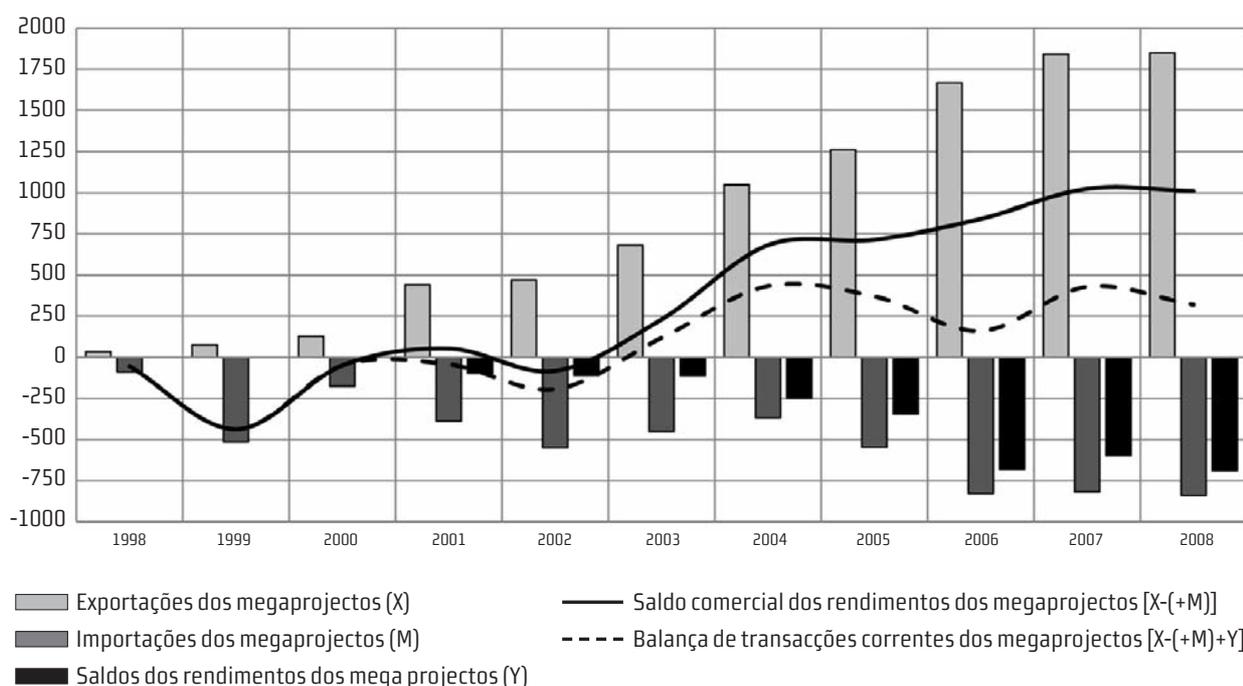
□ Empréstimos externos □ Ajuda externa
■ Balança de capitais ■ Conta-corrente

FONTE INE (vários anuários estatísticos), Banco de Moçambique (balança de pagamentos), Castel-Branco 2002a, Castel-Branco, Sulemane et al 2005.

mesmo ritmo. No entanto, a emergência dos megaprojectos não alterou a relação viciosa entre investimento e conta-corrente porque a economia nacional é excessivamente porosa para reter a riqueza produzida. Esta porosidade deve-se a três factores: (i) fragilidade no que diz respeito a substituir importações, mantendo-se, por isso, o alto teor importado do consumo e da capacidade produtiva nacional; (ii) os benefícios fiscais, aduaneiros e de repatriamento de lucros de que beneficiam os megaprojectos, quiçá ainda associados a formas de transferência de lucros por via de sobre facturação das compras; e (iii) fraqueza de ligações produtivas (a montante e jusante) e de emprego entre a economia e os megaprojectos.

O gráfico 27 ilustra bem estes argumentos. O gráfico mostra a diferença fundamental entre o saldo comercial (exportações menos importações) e o saldo das transacções correntes (saldo comercial menos saldo de rendimentos) de dois megaprojectos combinados, Mozal e Sasol. A linha contínua é o saldo comercial, que atingiu US\$ 1 mil milhões em 2007 e 2008. Quer dizer, os megaprojectos exportam um milhar de milhões de dólares mais do que importam, fazendo uma contribuição enorme para a balança comercial. A linha tracejada é o saldo da conta-corrente, isto é, o saldo comercial menos o saldo líquido das transferências. Como os dois megaprojectos combinados transferem US\$ 680 milhões para o exterior, ao saldo comercial é preciso deduzir este valor para determinar o que de facto é absorvido pela economia nacional. Em 2008, apenas US\$ 320 milhões (de um saldo comercial de US\$ 1 milhar de milhão) foram retidos na economia, e este montante é praticamente igual aos custos operacionais correntes combinados dos dois megaprojectos.

GRÁFICO 27 DIFERENÇA ENTRE O SALDO COMERCIAL E O SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES DOS MEGAPROJECTOS (EM US\$ MILHÕES)



FONTE Banco de Moçambique (vários relatórios anuais e relatórios da balança de pagamentos)

Portanto, dada a porosidade da economia, pelas razões mencionadas, o impacto comercial dos megaprojectos difere substancialmente do seu contributo líquido para a economia nacional. Exportam muito, mas pouco é retido pela economia. Isto é, por efeito da sua estrutura económica global e do enquadramento específico privilegiado dos megaprojectos, a economia nacional é excessivamente porosa.

Estes dados mostram dois pontos fundamentais. Primeiro, a forma como o investimento se relaciona com a balança de pagamentos depende da estrutura produtiva e comercial gerada. Assim, enquanto a economia permanecer limitada na sua capacidade de substituir importações e manter uma estrutura não diversificada de exportações, a expansão económica continuará a pôr pressões fortes sobre a balança de pagamentos. Segundo, medidas de estabilização de cariz monetarista não podem ajustar o saldo da conta-corrente a não ser que contraiam a economia. Como é observável nos dados, o saldo da conta-corrente fica menos negativo quando o investimento contrai. A conclusão principal desta leitura dos dados é que a sustentabilidade da expansão da economia do ponto de vista das contas externas é vital, mas requer acção sobre a estrutura produtiva e comercial no sentido de a diversificar e articular, e sobre os megaprojectos no sentido de os pôr a render recursos para financiar a diversificação da base produtiva. Apesar das várias reformas introduzidas ao longo das três décadas de independência, o desempenho fiscal da economia é débil. As várias reformas foram, de modo geral, introduzidas para simplificar procedimentos e alargar a base fiscal depois de um período de estagnação nas receitas do Estado. No período imediatamente a seguir a cada reforma, as receitas aumentaram mas, a médio prazo, estagnaram de novo. De uma base de apenas 7% do PIB em 1975, as receitas fiscais cresceram até aproximadamente 14% do PIB em 1983, mas voltaram a descer para aproximadamente 12% em 2005.²⁷

As dinâmicas fiscais em Moçambique podem ser resumidas no seguinte. Primeiro, a base fiscal como percentagem do PIB tem evoluído muito lentamente, nomeadamente cinco pontos percentuais em três décadas, a partir de uma base bastante baixa de 7% do PIB. De 1995 (três anos após o fim da guerra e um ano após as primeiras eleições multipartidárias) a 2005, as receitas fiscais como percentagem do PIB mantiveram-se praticamente estáticas (aproximadamente 12%).²⁸ Comparativamente, as metas indicativas internacionais para os países da África Sub-Sahariana apontam para a necessidade de um crescimento das receitas fiscais como percentagem do PIB em aproximadamente um ponto percentual por ano, se a sustentabilidade fiscal for para ser atingida num período temporal que faça sentido (não irrealisticamente curto nem demasiado longo).²⁹ Esta lentidão no crescimento das receitas fiscais é consistente com a tendência na África Sub-Sahariana, embora em média as receitas fiscais como percentagem do PIB neste subcontinente sejam mais altas do que em Moçambique (15,6%).³⁰

Tanto no caso de Moçambique, como na generalidade da África Sub-Sahariana, são essencialmente quatro as causas da relativa estagnação da base fiscal: (i) a dependência de apenas uma

fonte de crescimento da base fiscal. Em ambos os casos, esta fonte é o IVA aplicado sobre os bens e serviços importados e de produção nacional; *(ii)* a estrutura produtiva e comercial que não facilita a captação das receitas; *(iii)* os benefícios fiscais de que gozam os grandes investidores estrangeiros; e *(iv)* a débil administração fiscal.³¹

Em Moçambique, ao longo dos últimos 30 anos, o contributo dos impostos directos (sobre o rendimento das empresas e do trabalho) tende a estagnar ou diminuir como percentagem do PIB. Em média, no período, os impostos directos contribuíram com 2% do PIB (dois terços da média da África Sub-Sahariana e quatro vezes inferior à média da Ásia Central).³² A partir de 1994, as receitas sobre o rendimento do trabalho começaram a exceder largamente as receitas sobre o rendimento das empresas, apesar do rápido crescimento do investimento privado e da produção. Em 2005, as receitas sobre o rendimento do trabalho eram o dobro das receitas sobre o rendimento das empresas.³³

Cavadias (2009) demonstra que entre 2002 e 2008, só com a isenção do IRPC (imposto sobre o rendimento das empresas) da Mozal, o Estado perdeu cerca de US\$ 81 milhões por ano, o equivalente a um terço das receitas sobre o rendimento e 8% das receitas fiscais totais. Apesar de a Mozal contribuir com 70% das exportações de bens e da produção industrial e 20% do PIB, o seu contributo fiscal é insignificante.

A multiplicação de megaprojectos na economia de Moçambique coloca três desafios fiscais importantes: *(i)* o desafio do aumento das receitas para desenvolvimento, quer por via da tributação directa (nomeadamente sobre os lucros das empresas e os rendimentos dos seus trabalhadores), quer por via da tributação sobre factores de produção cruciais para os megaprojectos quando existe o espaço fiscal para o fazer (como, por exemplo, no caso da electricidade). Esta pode ser uma fonte segura de receita (dada a relativamente alta elasticidade da procura desses factores em relação ao rendimento, e da baixa elasticidade da sua procura relativamente ao preço) e uma forma de fazer os megaprojectos interiorizarem a externalidade negativa causada pelo impacto do seu consumo na relativa escassez, ou encarecimento, do factor em causa; *(ii)* o desafio da gestão da política fiscal sobre os megaprojectos para assegurar relativa estabilidade macroeconómica de longo prazo, formar reservas e compensar pelas flutuações, que podem ser súbitas e bruscas, dos fluxos de moeda externa; *(iii)* o desafio de utilizar a base fiscal construída para investir na diversificação da base produtiva e comercial, no aprofundamento das ligações domésticas e no alargamento da base social e regional de acumulação.³⁴

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

A análise realizada mostra que o desenvolvimento económico e social em Moçambique enfrenta quatro desafios cruciais: *(i)* diversificação, articulação da produção, logística, comércio e finanças, e ampliação da base social e regional de acumulação e distribuição; *(ii)* gestão e apro-

veitamento racional das dinâmicas e tendências de desenvolvimento do complexo mineral-energético e dos fluxos de ajuda externa; (iii) construção da estabilidade macroeconómica de longo prazo, assente numa estrutura diversificada, competitiva e articulada de produção e comércio e independente da ajuda externa; e (iv) a apropriação pelo Estado das rendas dos recursos e outras que permitam realizar as mudanças económicas, sociais e políticas, incluindo a direcção e amplitude dos centros de acumulação e padrões de distribuição. Em resumo, a economia de Moçambique tem de romper com a sua natureza extractiva, concentrada e, por consequência, instável e porosa.

Para enfrentar estes desafios com sucesso, quatro questões têm de ser resolvidas. A primeira é a construção de um sistema de gestão macroeconómica que seja orientado para promover o investimento, a aplicação produtiva e inovadora das poupanças, e que não seja dominado pela obsessão de estabilização monetarista de curto prazo. Portanto, um modelo que favoreça a diversificação produtiva em vez da simples financeirização e especulação.

A segunda é a mobilização de receitas fiscais e rendas de recursos e outras, incrementando significativamente as receitas provenientes dos impostos directos sobre os rendimentos do capital, com enfoque nos megaprojectos e recursos naturais. Para além de garantir que os novos contratos sejam significativamente mais úteis para a economia nacional (e, portanto, significativamente menos generosos para o capital), é necessário renegociar os contratos com os megaprojectos já estabelecidos que ainda beneficiam de colossais incentivos fiscais. De um modo geral, o sistema de incentivos deve ser revisto para contemplar as necessidades da economia, as especificidades dos diferentes tipos de actividades e o desempenho dos investidores. Isto permitirá reduzir substancialmente a dependência externa e gerar recursos adicionais para diversificar e ampliar a base produtiva, comercial, de investimento e de distribuição.

A terceira consiste em desenvolver uma estratégia de diversificação, articulação e distribuição que permita desenvolver o mercado doméstico, criar ligações a montante e jusante que conduzam à substituição de importações, articular a logística, os sectores, as actividades, as capacidades e qualificações e as infra-estruturas, diversificar e aumentar as exportações e criar novos pólos de desenvolvimento que possam gerar novas e melhores oportunidades e sustentabilidade intergeracional. Esta estratégia deve guiar a aplicação dos recursos mobilizados domesticamente (poupanças e receitas fiscais), gerar novas capacidades e recursos, e sustentar os fundamentos da estabilidade macroeconómica de longo prazo. O capítulo que se segue, sobre desafios do desenvolvimento rural, discute esta questão em maior detalhe.³⁵

A quarta, e mais complexa, envolve a mobilização e organização política, em torno da articulação de objectivos políticos identificados, para influenciar o Estado e o processo de decisão e implementação política a favor da transformação do padrão de acumulação económica em Moçambique.

NOTAS

- ¹ Iniciadas em Janeiro de 1987 com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), sob os auspícios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.
- ² Sem tais fluxos externos de capitais privados, o investimento produtivo directo na economia seria provavelmente tão baixo que resultaria, no mínimo, em estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. A expansão do investimento público e privado com uso de recursos domésticos seria impossível, ou resultaria, pelo menos a médio prazo, em grande instabilidade monetária e estrutural.
- ³ Castel-Branco 2002a, 2002b, 1997, 1996 e 1995. Numa reunião de avaliação do cumprimento das metas do PRE no sector industrial, em 1989, o então vice-ministro da Indústria e Energia, Octávio Muthemba, chamou a atenção para o facto de não ser correcto avaliar a situação da indústria apenas pela magnitude das taxas de crescimento da produção por causa do impacto líquido negativo da expansão da indústria transformadora na balança de transacções correntes, que era associado com a extrema dependência das empresas industriais de insumos importados. Muthemba referiu que, sem ajuda externa, as taxas de crescimento atingidas entre 1987 e 1989 não seriam sustentáveis, pelo que a avaliação do desempenho industrial se deveria focar sobretudo na composição da produção, suas articulações e desenvolvimento da capacidade de exportação (Castel-Branco 2002a).
- ⁴ Castel-Branco 2002a e 2002b, Wield 1977a e 1977b, Wuyts 1989 e 1984.
- ⁵ Portanto, “economia extractiva” não é apenas relacionada com as actividades do que classicamente se considera ser a indústria extractiva.
- ⁶ Amarcy 2009a e 2009b, Fine and Rustomjee 1996, Harris 1997, Ossemane 2008, Castel-Branco 2009a, 2009b, 2003a, 2002a e 2002b.
- ⁷ Chang 1996, Nelson and Pack 1999, Weiss 1985, Wield 1977a e 1977b, Ocampo and Taylor 1998, Rodrik 2007, Wangwe 1995 e 1994, Lucas 1990, Hausmann and Rodrik 2005, Hirschman 1958, Castel-Branco 2009a, 2009b, 2003a, 2002a e 2002b.
- ⁸ Chang 1996, Nelson and Pack 1999, Weiss 1985, Wield 1977a e 1977b, Ocampo and Taylor 1998, Rodrik 2007, Wangwe 1995 e 1994, Lucas 1990, Hausmann and Rodrik 2005, Hirschman 1958, Castel-Branco 2009a, 2009b, 2003a, 2002a e 2002b.
- ⁹ Taxa de cobertura das importações é a proporção das importações de bens e serviços paga com as exportações de bens e serviços da economia. Este indicador não inclui transacções financeiras e de capital, pelo que só pode ser usado de forma restrita como *proxy* da capacidade comercial endógena de importação. Ossemane (2009) discute criticamente a validade de indicadores clássicos de capacidade de geração de moeda externa para sustentar o desenvolvimento, quando as exportações estão concentradas num pequeno leque de produtos no contexto de uma economia porosa (que tem dificuldade em reter riqueza). Ele sugere o saldo da conta-corrente como melhor indicador do que as exportações, pois este saldo con-

sidera transacções de natureza financeira (isto é, já contabiliza parte da porosidade da economia).

- ¹⁰ Uma grande empresa faz grandes volumes de investimento de forma descontínua – constrói edifícios e outras infra-estruturas ou adquire novo equipamento, mas não faz este tipo de investimento todos os anos. Entre um ciclo de grande investimento e outro podem decorrer vários anos, pelo que o mapa de investimento da empresa é, naturalmente, muito irregular. Uma economia dinâmica e diversificada deve ter dezenas de empresas, pelo que é bem provável que os picos de investimento de muitas delas coincidam com os momentos baixos de investimento de outras. Assim, o mapa de investimento de uma economia dinâmica e diversificada deve ser mais regular, pois os pontos altos e baixos das empresas deverão tender a cancelarem-se. Importa notar que estes dados são sobre investimento aprovado, o que também contribui para que os picos sejam tão acentuados.
- ¹¹ Castel-Branco 2009a, Castel-Branco, Nelsa Massingue e Rosimina Ali 2009.
- ¹² Selemane (2009) apresenta informação detalhada sobre os diferentes projectos de investimento ligados à indústria extractiva.
- ¹³ Ministério da Agricultura 2004.
- ¹⁴ Banco de Moçambique (vários relatórios anuais) e *Jornal Notícias* de 21/08/2009 – Caderno de Economia e Negócios.
- ¹⁵ Matos e Mosca 2009.
- ¹⁶ Brouwer, Brito e Menete 2009.
- ¹⁷ Buendía 2009.
- ¹⁸ Os dados disponíveis não permitem, por enquanto, desagregar a informação para completar esta série até 2008.
- ¹⁹ O grupo 19 (G-19) é constituído por 19 doadores, sendo 16 bilaterais e 3 multilaterais. Estes doadores distinguem-se por realizarem financiamento geral ao orçamento do Estado e financiamento aos orçamentos sectoriais. É estimado que o valor da ajuda do G-19 corresponde a 80% da ajuda externa total a Moçambique. Para uma avaliação do desempenho destes doadores de 2004 a 2008, ver Castel-Branco, Ossemane, Massingue e Ali 2009.
- ²⁰ Retirados de <http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/>, acedido a 02 de Novembro de 2009.
- ²¹ Popularmente conhecidos como os “7 milhões” (de meticais), anualmente desembolsados pelo orçamento do Estado para financiar actividades de iniciativa privada nos distritos. Ao câmbio corrente, sete milhões de meticais correspondem aproximadamente a US\$ 235 mil.
- ²² Castel-Branco 1999, Castel-Branco and Cramer 2003, Cramer 2001.
- ²³ Amarcy 2009a e 2009b, Castel-Branco 2002a.
- ²⁴ Castel-Branco 2008, 2006, 2005, 2004, 2003a e 2003b, Castel-Branco, Sulemane et al 2005, Castel-Branco e Goldin 2003, Cramer 2001.
- ²⁵ UNCTAD 2008, Fine and Rustomjee 1996.

- ²⁶ Cambaza 2009, Selemane 2009, Castel-Branco 2009a e 2009b.
- ²⁷ Byiers 2009.
- ²⁸ Byiers 2009.
- ²⁹ McKinley and Kyrili 2009, McKinley 2009.
- ³⁰ McKinley 2009.
- ³¹ Byiers 2009 e McKinley 2009.
- ³² Byiers 2009 e McKinley 2009.
- ³³ Byiers 2009.
- ³⁴ Byiers 2009, Bucuane e Mulder 2007a e 2007b, Castel-Branco 2009a e 2009b, Castel-Branco e Cavadias 2009.
- ³⁵ Castel-Branco, Massingue e Ali 2009.

REFERÊNCIAS

- Amarcy, S. 2009a. The negative implications of the excessive accumulation of foreign exchange reserves: the rationality of the Central Bank in hoarding foreign reserves. Unpublished MSc. Dissertation. University of London: London (disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/sa/dissertacao_sofia.pdf).
- Amarcy, S. 2009b. Acumulação de reservas cambiais e possíveis custos derivados – cenário em Moçambique. IDeIAS. Boletim n.º 23 (06 de Novembro). IESE: Maputo (disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf).
- Amsden, A. 1997. Editorial: bringing production back in – understanding government’s economic role in late industrialisation. *World Development* 25(4), pp. 469-80.
- Amsden, A. 1994. Why isn’t the whole world experimenting with the East Asian model to develop? Review of the East Asian Miracle. *World Development* 22(4), pp. 627-33.
- Amsden, A. 1989. *Asia’s Next Giant: South Korea and Late Industrialisation*. Oxford University Press: Oxford and New York.
- Banco de Moçambique. (vários anos). Economic statistics (página da Internet: <http://www.bancomoc.mz>).
- Banco de Moçambique. (várias edições). Relatório anual. Maputo.
- Banco de Moçambique (várias edições). Boletim anual da balança de pagamentos. Maputo.
- Bayoumi, T. D. Coe and E. Helpman. 1996. R&D spillovers and global growth. Centre for Economic Policy Research (CEPR) WP 1467.
- Boon, G. 1982. Some thoughts on changing comparative advantages. *IDS Bulletin* 13(2), pp. 14-8 (Institute of Development Studies, University of Sussex: Sussex).
- Brouwer, R., L. Brito, e Z. Menete. 2009. Educação, formação profissional e poder. In Brito, L. C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). 2009. *Desafios para Moçambique*, 2010. IESE: Maputo.

- Bucuane, A. e P. Mulder. 2007a. Avaliação de opções de um imposto de electricidade sobre mega projectos em Moçambique. DNEAP Discussion Paper n° 37P. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Bucuane, A. and P. Mulder. 2007b. Exploring natural resources in Mozambique: will it be a blessing or a curse? DNEAP Discussion Paper n° 54E. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Buendia, M. 2009. Os desafios da leitura. In Brito, L. C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). 2009. *Desafios para Moçambique*, 2010. IESE: Maputo.
- Byiers, B. 2009. Taxation in retrospect. In Arrndt, C. and F. Tarp (eds.). *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. Routledge: New York.
- Cambaza, V. 2009. A terra, o desenvolvimento comunitário e os projectos de exploração mineira. IDEIAS. Boletim n.º 14 (4 de Junho). IESE: Maputo. (disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf).
- Castel-Branco, CN. 2009a. Economia extractiva e padrões de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds.) Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. IESE: Maputo.
- Castel-Branco 2009b. Indústria de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários. IDEIAS. Boletim n.º 10 (30 de Março). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf).
- Castel-Branco, CN. 2009c. Comentários no lançamento do relatório “*Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique*”, (elaborado por Thomas Selemane e publicado pelo CIP: Maputo). (disponível através do link <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ComentariosdeCastelBranco-RelCIP.pdf>).
- Castel-Branco, CN. 2008a. Eliminating aid dependency and poverty through development of broad based and diversified productive and trade capacities. Comunicação apresentada no Trade and Development Board (18 de Setembro). UNCTAD: Geneva.
- Castel-Branco, CN. 2008b. Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique: contributo crítico para um debate com base em postulados básicos. Discussion Paper n.º 03/2008 do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE): Maputo (também disponível no link da página do IESE http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf).
- Castel-Branco, CN. 2005. Implicações do protocolo comercial da SADC para a família camponesa: Estudo realizado na Província de Manica para a União Nacional de Camponeses (UNAC) (disponível no link http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/SADC_e_camponese_em_Manica.pdf).

- Castel-Branco, CN. 2004. Business and productive capacity development in economic growth and industrialization: the case of Mozambique. Mimeo (disponível pelo link http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Private_sector_development.pdf).
- Castel-Branco, CN. 2003a. A situação económica em Moçambique: reavaliação da evidência com foco na dinâmica da produção industrial. Comunicação apresentada na VII Conferência Anual do Sector Privado. CTA: Maputo.
- Castel-Branco, CN. 2003b. A critique of SME-led approaches to economic development. Comunicação apresentada na II Reunião do Task Force sobre Pequenas e Médias Empresas da Câmara do Comércio e Indústria da Conferência Islâmica (<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CCA-2003a-Critical-view-on-SMEs-and-development.pdf>).
- Castel-Branco, CN. 2003c. Support to building capacity in investment strategy and articulation in the Province of Nampula. Relatório para a SDC e o Governo da Província de Nampula (disponível no link http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Rapid_Assessment_Study_Nampula_final_website.pdf).
- Castel-Branco, CN. 2002a. An investigation into the political economy of industrial policy: the Mozambican case. Tese de Doutoramento não publicada. Departamento de Economia do SOAS (Univ. de Londres): Londres.
- Castel-Branco, CN. 2002b. Economic linkages between South Africa and Mozambique. Paper de investigação e discussão preparado para o DfID (Dept. para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico): Pretoria. (<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI-2002a-SA-Mozambique-linkages.pdf>).
- Castel-Branco, CN. 1997. The limits of trade liberalisation in export promotion in Sub-Saharan Africa. Unpublished MSc dissertation. Univ. of Oxford: Oxford. (disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/1997_Liberalization_Exports_SSA.pdf).
- Castel-Branco, CN. 1996. Reflexões sobre a dinamização da economia rural em Moçambique. Comunicação em mesa redonda organizada pela Universidade Eduardo Mondlane e o Ministério do Plano e Finanças “*Estratégias para acelerar o crescimento económico em Moçambique*”. Maputo. (<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/DESRURAL.SEM.pdf>).
- Castel-Branco, CN. 1995. Opções Económicas em Moçambique 1975-1995: problemas, lições e ideias alternativas. In Mazula (ed.) 1995. *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*. B. Mazula: Maputo. (<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Problemas%20licoes%20e%20Ideas%20Alternativas.pdf>).
- Castel-Branco, CN., N. Massingue e R. Ali. 2009. Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique. In Brito, L. C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). 2009. *Desafios para Moçambique, 2010*. IESE: Maputo.

- Castel-Branco, CN. R. Ossemane, N. Massingue e R. Ali. 2009. Mozambique independent review of PAPs' performance in 2008 and trends in PAPs performance over the period 2004-2008. Research report.
(http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).
- Castel-Branco, CN. e E. Cavadias. 2009. O papel dos megaprojectos na estabilidade da carteira fiscal de Moçambique. Comunicação apresentada no II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira. Autoridade Tributária de Moçambique (Maputo, 06-07 de Março).
- Castel-Branco, CN. J. Sulemane, et al. 2005. Macroeconomics of scaling up aid: the Mozambican case. Research report. Maputo.
(http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Macroeconomics_of_Aid_and_FDI.pdf).
- Castel-Branco, CN. and C. Cramer. 2003. Privatisation and economic strategy in Mozambique. in Addison, T. (ed.). 2003. From Conflict to Recovery in Africa. Oxford University Press: Oxford.
(<http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Privatization%20and%20Economic%20Strategy.pdf>).
- Castel-Branco, CN. and N. Goldin. 2003. Impact on the Mozal aluminium smelter on the Mozambican economy. Research report. Maputo.
(http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf).
- Cavadias, E. 2009. Análise crítica dos incentivos fiscais na promoção de megaprojectos em Moçambique. Dissertação de Licenciatura não publicada. Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Chang, H-J. 1996. The Political Economy of Industrial Policy. McMillan: London and New York.
- Cramer, C. 2001. Privatisation and adjustment in Mozambique: a "hospital pass"? *Journal of Southern African Studies* 27(1), pp. 1247-66.
- CPI (Centro de Promoção de Investimento). Lista de projectos de investimento aprovados no período 1990-2008. CPI: Maputo.
- Dasgupta, S. 1980. Class Relations and Technical Change in Indian Agriculture. MacMillan in association with the Institute of Economic Growth: New Delhi.
- Eaton, J. and S. Kortum. 1995. Engines of growth: domestic and foreign sources of innovation. IED Discussion Paper Series no. 63 (Boston University).
- Fine, B. and Z. Rustomjee. 1996. The Political Economy of South Africa: from Minerals-Energy Complex to Industrialization. Westview Press: London.
- Freeman, C. and J. Hagedoorn. 1994. Catching Up or Falling Behind: Patterns of International Inter-firm Technology Partnering. *World Development* 22(5), pp. 771-80.
- Gore, C. 1996. Methodological nationalism and the misunderstanding of East Asian industrialisation. UNCATD Discussion Paper 111 (January).

- Greenaway, D. 1991. New trade theories and developing countries. in Balasubramanyam, V., and S. Lall. (eds.) *Current Issues in Development Economics*. Macmillan: London.
- Harris, L. 1997. Economic objectives and macroeconomic constraints. In Michie, J. and V. Padayachee (eds.). 1997. *The political economy of South Africa's transition: policy perspectives in the late 1990s*. The Dreyden Press: London.
- Hirakawa, H. et al (eds.). 2001. *Beyond Market-driven Development: a New Stream of Political Economy of Development*. Nihon Hyoron Sha: Tokyo (in Japanese, with English edition to follow).
- Hirschman, A. 1981. *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Hirschman, A. 1958. *The Strategy of Economic Development*. Yale University Press: New Haven and London.
- Hausmann, R. and D. Rodrik. 2005. It is not how much but what you export that matters. John F. Kennedy School of Government, Harvard University (November).
- INE (Instituto Nacional de Estatística). *Anuário Estatístico (1961 a 2008)*. Maputo.
- KPMG. (várias edições). *Ranking das 100 Maiores Empresas em Moçambique*. Maputo.
- Leahy, D. and J. Neary. 1999. R&D spillovers and the case for industrial policy in an open economy. *Oxford Economic Papers* 51, pp. 40-59.
- Leahy, D. and J. Neary. 1994. Learning by doing, pre-commitment and infant-industry protection. Centre for Economic Policy Research discussion paper 980.
- Lucas, R. 1990. Why doesn't capital flow from rich to poor countries? *The American Economic Review (AEA Papers and Proceedings)* 80(2), pp. 91-5 (May).
- Matos, N. e J. Mosca. 2009. Desafios da leitura. In Brito, L. C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds). 2009. *Desafios para Moçambique, 2010*. IESE: Maputo.
- McKinley, T. 2009. Why has domestic revenue stagnated in low-income countries? CDPR Development Viewpoint number 41 (November). SOAS. Univ. of London.
- McKinley, T. K. Kyrili. 2009. Is stagnation of domestic revenue in low-income countries inevitable? CDPR Discussion Paper 27/09. SOAS. Univ. of London.
- Ministério da Agricultura. 2004. *Visão para o desenvolvimento agrário*. Maputo.
- Mozal. 1999. Macroeconomic impacts. Ch.12 of Mozal's Feasibility Study. Maputo.
- Nelson, R. and H. Pack. 1999. The Asian miracle and modern growth theory. *The Economic Journal* 109 (July), pp. 416-36.
- Ocampo, J. and L. Taylor. 1998. Trade liberalization in developing countries: modest benefits but problems with productivity growth, macro prices and income distribution. *The Economic Journal* 108 (September), pp. 1523-46.

- Ossemame, R. 2009. Sustentabilidade da dívida pública num contexto do domínio económico de megaprojectos. In Brito, L. C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (eds.) *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Ossemame, R. 2008. A Critical Discussion of the Low Income Countries Debt Sustainability Framework – The case of Mozambique. Unpublished MSc Dissertation. Univ. of London: London (disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/ro/Debt%20Sustainability%20Dissertation.pdf>).
- Rodrik, D. 2007. Specialization or diversification? (16 de Maio). Disponível no *weblog* do autor intitulado “Unconventional thoughts on economic development and globalization” (http://rodrik.typepad.com/dani_rodriks_weblog/2007/05/specialization_.html (acedido a 12 de Novembro de 2009)).
- Rodrik, D. 1995. Trade strategy, investment and exports: another look at East Asia. CEPR Discussion Paper 1305 (Centre for Economic Policy Research).
- Rodrik, D. 1992. The limits of trade policy reform in developing countries. *Journal of Economic Perspectives* 6(1) (Winter), pp. 87-105.
- Rowthorn, R. and R. Ramaswamy. 1997. Deindustrialisation – its causes and implications. International Monetary Fund (IMF) Economic Issues 10 (September). IMF: Washington DC.
- Sachikonye, L. 1999. Restructuring or de-industrializing? Zimbabwe’s textile and metal industries under structural adjustment. Research Programme “The Political and Social Context of Structural Adjustment in Africa” Report n.º 110. Nordiska Afrikainstitutet: Uppsala.
- Selemane, T. 2009. Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique. CIP: Maputo.
- Shirai, S. and D-P Huang. 1994. How does industrialisation affect the structure of international trade? The Japanese experience in the Pacific basin 1975-1985. IMF Working Paper 94/95 (August).
- Stewart, F. 1976. Capital goods in developing countries. In Livingstone, I. (ed.). 1981. *Development economics and policy: Readings*. George Allen & Unwin: London.
- Teitel, S. 2000. Technology and Skills in Zimbabwe’s Manufacturing. MacMillan: London.
- Toporowski, J. (ed). 2000. *Political Economy and the New Capitalism: Essays in Honour of Sam Aaronovitch*. Routledge: London.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2008. Growth, poverty and the terms of development partnership. (Least Developed Countries Report). UNCTAD: Geneva.
- UNCTAD. 2000. Capital flows and growth in Africa. UNCTAD: Geneva.
- Wangwe, S. (ed.). 1995. Exporting Africa: Technology, Trade and Industrialisation in Sub-Saharan Africa. Routledge: London, New York.

- Wangwe, S.M. 1994. New trade issues: traditional versus non-traditional exports. in Cornia, G., and G.K.Helleiner (eds.) 1994.
- Weiss, J. 1985. Manufacturing as an engine of growth – revisited. *Industry and Development* 3, pp. 39-62.
- Wield, D. 1977a. Some characteristics of the Mozambican economy particularly relating to industrialization. (mimeo) Centro de Estudos Africanos/Univ. Eduardo Mondlane. Maputo.
- Wield, D. 1977b. The structure and balance of industrial production and its relationships with other sectors and with the growth of a working class. (mimeo) Centro de Estudos Africanos/Univ. Eduardo Mondlane. Maputo.
- World Bank. 1996. Moçambique: avaliação do impacto e eficiência do programa de reestruturação de empresas. World Bank: Washington DC.
- World Bank. 1990b. Mozambique: industrial sector study. Report. World Bank: Washington DC.
- Wuyts, M. 1989. Money and planning for socialist transition: the Mozambican experience. Gower: Aldershot.
- Wuyts, M. 1984. A statistical note on trends of economic development in Mozambique. (mimeo) Institute of Social Studies (ISS): The Hague.